



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

GENILSON SILVA DE LIMA

O TERREIRO SAGRADO /BYCARAYBA
E A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NA ALDEIA BREJINHO-PB



JOÃO PESSOA

2023



GENILSON SILVA DE LIMA

**O TERREIRO SAGRADO *IBYCARAYBA*
E A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NA ALDEIA BREJINHO -PB**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba em cumprimento às exigências curriculares para obtenção do grau de Mestre em Ciências das Religiões.

Orientação: Prof. Dr. Lusival Antônio Barcellos
Coorientação: Profa. Dra. Eliane Silva de Farias

JOÃO PESSOA

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

“O TERREIRO SAGRADO IBYCARAYBA E A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NA
ALDEIA BREJINHO-PB ”

Genilson Silva de Lima

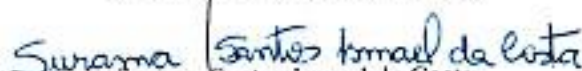
Dissertação apresentada à banca examinadora formada pelos seguintes especialistas.



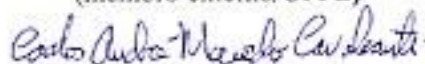
Lusival Antonio Barcellos
(orientador/PPGCR/UFPB)



Eliana Silva de Farias
(coorientadora/membro-externo)



Surama Santos Ismael da Costa
(membro-externo/UFPB)



Carlos André Macedo Cavalcanti
(membro-interno/PPGCR/UFPB)

Aprovada em 20 de julho de 2023.

Catálogo de Publicação na Fonte. UFPB - Biblioteca Central

L732t Lima, Genilson Silva de.

O terreiro sagrado ibycarayba e a educação escolar indígena na aldeia Brejinho-PB / Genilson Silva de Lima. - João Pessoa, 2023.

77 f. : il.

Orientação: Lusival Antônio Barcellos.

Coorientação: Eliane Silva de Farias.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Ciências da religião. 2. Espiritualidade. 3. Indígena Potiguara. 4. Terreiro sagrado. 5. Práticas educativo-religiosas. I. Barcellos, Lusival Antônio. II. Farias, Eliane Silva de. III. Título.

UFPB/BC

CDU 2-1(043)

Aos meus parentes da Aldeia Brejinho.

AGRADECIMENTOS

A Tupã e aos encantados, por me permitirem chegar até aqui.

Aos familiares, em especial a minha mãe Maria Cláudia pelo amor e energia doados todos os dias da minha vida.

Ao meu irmão, Geusivã Silva de Lima (*in memoriam*).

À minha esposa e aos meus filhos.

Aos colegas do curso da Pós-Graduação em Ciências das Religiões (PPGCR) pelas partilhas nas aulas e as parcerias na realização dos trabalhos acadêmicos.

Ao meu orientador Professor Dr. Lusival Antônio Barcellos grande incentivador deste trabalho e apreciador da vida na aldeia.

À coorientadora Dra. Eliane Farias por todo incentivo e apoio ao longo do curso.

RESUMO

O presente estudo versa sobre o Terreiro Sagrado *Ibycarayba* e a educação escolar indígena na Aldeia Brejinho-PB, enfocando as relações da espiritualidade do Terreiro sagrado com as práticas educacionais da Escola Cidadã Integral Indígena Antônio Sinésio da Silva. Portanto, damos destaque às práticas que os estudantes realizam para aprofundarem seus conhecimentos tradicionais dentro do terreiro e a grande participação da comunidade da Aldeia Brejinho na organização do espaço do Terreiro. A educação escolar indígena busca seguir o que é previsto no Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, ao recomendar que as atividades didáticas lidem com a realidade de cada comunidade. O objetivo geral é analisar as relações do terreiro sagrado, com a educação escolar indígena desenvolvida na Aldeia Brejinho e suas interfaces com a cultura Potiguara. Está fundamentada em autores como: Barcellos (2014), Costa (2022), Palitot (2020; 2018), Santos e Silva (2021) dentre outros. Do ponto de vista metodológico, o estudo tem uma abordagem qualitativa com natureza etnográfica. Primeiramente, recorremos a pesquisa bibliográfica utilizando como instrumentos de pesquisa a observação participante, o diário de campo, as entrevistas com questionários semiestruturados, que foram essenciais para as nossas reflexões, haja vista ter sido por meio desses instrumentos de produção de dados da pesquisa, que investigamos a realidade educacional peculiar que envolve a comunidade indígena da Aldeia Brejinho e a sua interface com a religiosidade. Os dados coletados mostram que é de grande valia a utilização de outros espaços, além da sala de aula, para o processo da educação escolar indígena e, nesse contexto reconhece que o Terreiro Sagrado, funciona como um desses lugares, no qual as formas específicas de ensinar a cultura Potiguara podem ocorrer de forma diferenciada.

Palavras-chave: Espiritualidade; Indígena Potiguara; Terreiro sagrado; Práticas educativo-religiosas.

ABSTRACT

The present study deals with the Terreiro Sagrado Ibycarayba and indigenous school education in the village of Brejinho-PB. The research focuses on the relationships between the spirituality of the sacred terreiro and the educational practices of the School and the application of the Cidadã Integral Indígena Antônio Sinésio da Silva. In it, we highlight the practices that students carry out to deepen their traditional knowledge within the terreiro and the great participation of the community of Aldeia Brejinho in the organization of the space of the terreiro. Indigenous school education seeks to follow what is provided for in the National Curricular Reference for Indigenous Schools, by recommending that didactic activities deal with the reality of each community. The general objective is to analyze the relations of the sacred terreiro, with the indigenous school education developed in Aldeia Brejinho and its interfaces with the Potiguara culture. It is based on authors such as: Barcellos (2014), Costa (2022), Palitot (2020; 2018), Santos e Silva (2021) among others. From a methodological point of view, the study has a qualitative approach with an ethnographic nature. First, we resorted to bibliographical research using participant observation, field diary, interviews with semi-structured questionnaires as research instruments, which were crucial for our reflections, since it was through them that we investigated the peculiar educational reality that involves the indigenous community. of Brejinho village and its interface with religiosity. The data collected show that it is of great value to use other spaces, in addition to the classroom, for the process of indigenous school education. The Sacred Terreiro works as one of those places, in which the specific ways of teaching the Potiguara culture can occur in a differentiated way.

Key Words: Spirituality; Indigenous Potiguara; Sacred Terrain; Educational-religious practices.

MIMOMIRĨ:

Kó nhembo'esaba osa'angatu Ybykaraíba "Ibycarayba" morombo'esaba abaeté nhembo'esaba resenduara taba Apekũmirĩ-PB pupenduara. A'e oma'ëngatu 'anga mba'e ioguerekó Ybykaraíba resenduara morombo'esaba rekoetá pupé Escola Cidadã Integral Indígena Antônio Sinésio da Silva pupé. I pupé orosa'angatu tekoetá mimbo'e remimonhanga, a'e tekoabeté kuapaba okara pupé sekóreme, a'e Taba Apekũmirĩ apuanã rekoeté, okara rekoaba mongatuaba resé. Morombo'esaba abaeté nhembo'esaba resenduara osapypuemomosem Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas remiekara, sekomonhãngeme "morombo'esaba rekoetá toikó apuanã iabi'õ rekoabeté rupi". Temiekarusu osa'angatu Ybykaraíba ioguerekosaba morombo'esaba abaeté nhembo'esaba resenduara resé taba Apekumĩ pupenduara, i ioguerekosaba Potĩguara rekoaba resé. A'e oub kó kuatiasara pupé Barcellos (2014), Costa (2022), Palitot (2020; 2018), Santos e Silva (2021) amõ amõ. Mba'emongaturõ repiakaba resé kó nhembo'esaba oikó mba'ereté ra'angaba rupi, aba rekoetá kuatiasaba rupi bé. I jypy, oroimonhang amõ kuatiatyba rekara kó mba'e rekasaba pupé, irũnamo abá rekó anduba, 'ara iabi'õ kuatiara nhũ resenduara, moromonhe'enga, moranduba ranhẽ i kuabypyra pupé i katuetéba'e oré py'anhemongetasaba resé. Irõ supi oré oroikuapotar morombo'esaba reté taba Apekumirĩ abaeté apuanã resenduara seté ioguerekó i tupãrerobiasaba resé. A'e iekuapaba i pysykypyruera oikuame'eng mba'ekatuete tekoabetá amoaé poru nhembo'esaba koty suí, morombo'esaba abaeté nhembo'esaba resenduara resé. Ybykaraíba, oikó kó tekoabetéramo mamõ morombo'esabeté Potĩguara rekoaba resé ioabyaba pupé.

Nhe'engokendaba: 'Anga Mba'e; Abaeté Potĩguara; Ybykaraíba; Tekoetá Morombo'esaba-Tupãrerobiasaba.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - - Localização das Terras Indígenas e aldeias Potiguara da Paraíba.....	25
Figura 2 - Encontro Cultural no Terreiro Sagrado	36
Figura 3 - Vista da entrada da Aldeia Brejinho.....	38
Figura 4 - Apresentação cultural, terreiro Ybycaraiba	40
Figura 5 - Cerimônia de formatura indígena do Ensino Médio	41
Figura 6 - Vista da Casa Grande	42
Figura 7 - - Casa Grande, hoje funciona uma casa de farinha.....	42
Figura 8 - Casa de Farinha, instalações	42
Figura 9 - Fachada principal da Escola Cidadã Integral Indígena Antônio Sinésio da Silva.....	53
Figura 10 - Vista lateral da Escola Cidadã Integral Indígena Antônio Sinésio da Silva.....	53
Figura 11 - Vista do pátio da Escola Cidadã Integral Indígena Antônio Sinésio da Silva	54
Figura 12 - Família indígena nas atividades culturais do Terreiro Sagrado	66
Figura 13 - Caminho da mata para o Terreiro Sagrado.....	68
Figura 14 - <i>Vista parcial do Terreiro Sagrado</i>	69
Figura 15 - - Apresentação cultural da disciplina de Arte cultura.....	70
Figura 16 - Momento de espiritualidade no Terreiro sagrado da Aldeia Brejinho (ritual do Toré).....	72
Figura 17 - Pintura corporal durante atividade cultural.....	73

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

Cimi - Conselho Indigenista Missionário

CNE - Conselho Nacional de Educação

CF - Constituição Federal

CTRT - Companhia de Tecidos Rio Tinto

DNA – ácido desoxirribonucleico

ECI - Escola Cidadã Integral

FAVENI - Faculdade de Venda Nova do Imigrante

Funai - Fundação Nacional dos Povos Indígenas

Funasa - Fundação Nacional de Saúde

Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

MPF - Ministério Público Federal

PB – Paraíba

PPGCR - Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões

PNE - Plano Nacional de Educação

PSI - Primeiros Saberes da Infância

RCNEI - Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas

SE - Se Sabe de Repente

SEB - Secretaria de Educação Básica

Sesai - Secretaria Especial de Saúde Indígena

TI – Terra Indígena

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

Unigrendal - Universidade Grendal do Brasil

Uniasselvi - Centro Universitário Leonardo da Vinci

UVA - Universidade Estadual Valeu do Acaraú

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 SER POTIGUARA E SER PESQUISADOR	16
1.2 OS RUMOS DA PESQUISA	20
2 O POVO POTIGUARA E A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA	23
2.2 ALGUMAS DISCUSSÕES SOBRE EDUCAÇÃO	28
2.3 A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA.....	29
2.4 A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA POTIGUARA	33
2.5 A EDUCAÇÃO ESCOLAR NA ALDEIA BREJINHO	37
2.6 PERCURSOS E DESAFIOS NA IMPLANTAÇÃO DA ESCOL.....	45
3 IBYCARAYBA E A INTERFACE ENTRE EDUCAÇÃO E RELIGIOSIDADE	55
3.1 IBYCARAIBA: O TERREIRO SAGRADO	55
3.2 AS PRÁTICAS EDUCATIVAS, PERCEPÇÕES DA COMUNIDADE ESCOLAR E DA ALDEIA BREJINHO	58
3.2.1 As práticas educativas do Ibycarayba	58
3.2.2 Percepção dos alunos do Fundamental II (anos finais)	59
3.2.3 Percepção dos estudantes do Ensino Médio	61
3.2.4 Percepção dos Professores	63
3.2.5 Percepção da Comunidade.....	66
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
REFERÊNCIAS	76

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação ¹ tem como título *O Terreiro Sagrado Ibycarayba* ² e a *Educação Escolar Indígena na Aldeia Brejinho - PB* e foi desenvolvida a partir das vivências neste Terreiro Sagrado situado no Município de Marcação, na microrregião do Litoral Norte da Paraíba, Terra indígena Potiguara. ³ Tem a finalidade de registrar e compreender a revitalização da prática da espiritualidade indígena presente no Terreiro Sagrado, se está correlacionada ou não, com a educação Escolar indígena diferenciada Potiguara.

Os indígenas Potiguara apresentam em sua trajetória admiráveis riquezas geográfica, histórica, ambiental, ecológica, turística, religiosa e cultural (Barcellos, 2014). Diante dessa diversidade, sentimos a necessidade de desenvolver um estudo mais detalhado sobre como a espiritualidade Potiguara se manifesta através do terreiro sagrado, enquanto lugar que proporciona momentos de vivências e conexão com o sagrado. Manifestações essas, que promovem hábitos de valorização dos saberes e fazeres culturais e espirituais.

Os Potiguara chamam de terreiro uma clareira aberta dentro da mata, para praticar seus rituais. São “[...] espaços de representação étnica e comunitária voltados à realização de eventos e comemorações diretamente alusivas à condição indígena de seus moradores” (Palitot, 2020, p. 130). Entendendo que o espaço geográfico se torna sagrado quando utilizado pela comunidade para a manifestação das práticas espirituais de ligação e conexão com a ancestralidade do povo e com as forças da natureza, mais notadamente através da dança e das músicas do Toré.

É no lugar sagrado que se manifestam os seres da transcendência ancestral, mitológica e cosmológica do povo Potiguara, os quais, por meio dos elementos físicos da natureza se comunicam, orientam e guiam os processos de cura ⁴ da medicina tradicional, fortalecem o espírito para os momentos as lutas e desafios, festejam as

¹ Este trabalho está revisado de acordo com a nova Norma Brasileira ABNT NBR 10520:2023, “Informações e documentação – Citações em documentos e Apresentação”. Recentemente publicada em 18 de julho de 2023 e em vigor a partir dessa data. Disponível em: <https://www.abntcatalogo.com.br/grd.aspx>.

² Na fotografia da capa e contracapa (Lima, 2023).

³ De origem Tupi que significa comedor de camarões.

⁴ Por processos de cura, se entende os rituais realizados que tanto visavam sanar as doenças espirituais, quanto a quanto às doenças do corpo (Eliade, 2002).

conquistas, abençoam e expulsam maus espíritos e protegem o território do povo. Para a comunidade, estar no Terreiro, significa encontrar-se sob a proteção dos espíritos de seus ancestrais e dos seres encantados. Portanto, o Terreiro Sagrado é símbolo de resistência, a medida em que é entendido pela comunidade como sendo o lugar de “materialização” do seu tronco étnico, ligando e harmonizando as raízes étnicas, aos galhos e frutos da existência, permanência e perpetuação do povo Potiguara no mundo real e no mundo metafísico.

A educação escolar, sobretudo eurocêntrica, foi um instrumento usado para destruir a cultura indígena. Entretanto, a luta da população indígena ao longo de sua história para manter seus territórios, sua organização social e modo de viver e pensar o mundo, progressivamente utiliza a educação escolar nos tempos modernos como ferramenta fundamental para a preservação, reavivamento, valorização e perpetuação dos seus modos próprios de vida, e para uma relação equitativa e respeitosa com as demais sociedades indígenas e não indígenas.

Hoje, uma educação escolar diferenciada e de qualidade, intercultural e multilíngue é reivindicação, e parte do projeto de vida da comunidade indígena (Santana Neto, 2022). Apesar de sua origem externa aos universos socioculturais indígenas e de seu uso histórico e lamentavelmente, em algumas situações como agente de controle, evangelização e imposição forçada, os seus níveis tem por finalidade, assegurar os princípios da especificidade, do multilinguismo, da organização comunitária e da interculturalidade na execução dos projetos educativos do povo Potiguara, contemplando ações voltadas à manutenção, preservação e sustentabilidade de seu território, bem como da construção do protagonismo indígena.

Como indígena Potiguara, filho desse território, dessa natureza sagrada, conheço, moro e trago no meu DNA a tradição milenar desse Povo. Nesse contexto, manifesto a pretensão em divulgar na academia assuntos sobre a cultura, as peculiaridades, o jeito de ser, de viver, de amar, de sentir e de interagir do povo Potiguara da Aldeia Brejinho – ao qual pertenço, entre nós e com a sociedade.

Nesse entendimento, essa pesquisa se constitui num exercício que envolve histórias, tradições, convivências e a vida na aldeia. Refletir sobre esse universo implica principalmente perceber que o povo Potiguara é diverso, logo, essa proposta tem o papel de aprofundar as relações com enfoque na religiosidade, na educação indígena e na educação escolar indígena.

1.1 SER POTIGUARA E SER PESQUISADOR

Numa perspectiva de indígena pertencente ao povo Potiguara, tenho a responsabilidade de resguardar o distanciamento científico e intelectual necessário, para enquanto pesquisador ser o interlocutor dos modos de vida e existência da comunidade, bem como de suas aspirações e projeto societário da forma mais fidedigna possível, uma vez que meu olhar é inevitavelmente permeado por minha visão de mundo e pela vivência cultural enraizada na aldeia e na ancestralidade. Assim, trata-se de um estudo que traz a legitimidade e a propriedade de quem tem lugar de fala, compreende, interpreta e traduz de forma eficiente os elementos, visões e práticas socioculturais próprias do povo pesquisado, o que diferencia essa pesquisa na obtenção de um resultado de importante valor científico e intelectual, além de trazer uma visão ímpar e privilegiada do objeto foco em análise.

Tenho muito orgulho da minha origem e de pertencer a esse território originário de tantas lutas. Sou filho de agricultores, nascido e criado na Aldeia Brejinho, pertencente a uma das maiores famílias indígenas do território Potiguara, os Conceição. Desde os anos de 1990, participo do movimento indígena nacional, reivindicando a garantia dos nossos direitos, o fortalecimento da identidade do nosso povo, a educação escolar indígena diferenciada e de qualidade como grande bandeira. Instigo os parentes Potiguara a participarem das ações, das atividades e dos projetos que impulsionam essa área do saber que é basilar.

Desde minha infância sempre fui incentivado pela minha família a estudar e trabalhar, para alcançar meus objetivos de vida pessoal e profissional. Minha maior incentivadora foi minha mãe, Maria Cláudia Silva de Lima, uma grande mulher que educou três filhos que hoje estão bem situados com seus projetos de vida. No que me diz respeito, conclui o Ensino Fundamental e o Ensino Médio em escola pública, mas meu grande sonho era ingressar no Ensino Superior, desafio nada fácil. No entanto, acreditei e com muito esforço e dedicação consegui esse feito em 2005, no curso de Pedagogia pela Universidade Estadual Valeu do Acaraú (UVA).

Assim que conclui a graduação, ingressei no curso de Especialização em Gestão Escolar, Orientação Educacional e Supervisão Escolar, na Universidade

Evangélica Cristo Rei. Também cursei a Especialização em História e Cultura Afrobrasileira, do Centro Universitário Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI), curso remoto que decidi realizar por ser professor indígena e ministrar aula em escolas indígenas.

É fundamental para o professor indígena ter uma boa formação para uma melhor atuação em sala de aula, mesmo já possuindo um grande conhecimento da história e cultura do seu povo, se faz necessário apropriar-se do conhecimento científico e pedagógico, para um maior embasamento. Nesse pensamento, ingressei no ano 2017, no mestrado em Ciências da Educação, na Universidade Grendal do Brasil (Unigrendal), que por motivo de força maior, ficou inconcluso. Em 2018, cursei uma segunda graduação em História na universidade Uniasselvi (Centro Universitário Leonardo da Vinci).

Tive que enfrentar várias dificuldades, não foi fácil me tornar o profissional que sou hoje, percorri muitos caminhos, enfrentei diversos obstáculos. Quantas vezes tive que sair a pé, junto com meus irmãos e primos da aldeia, para a escola na Casa Grande, num percurso de uma hora. Também tive que estudar o Ginásio, hoje Segunda Fase do Ensino Fundamental na escola Marechal Rondon, situada na aldeia Tramataia, perfazendo um percurso bem maior, com uma jornada diária de três quilômetros de caminhada, o que se constituiu em uma trajetória desafiadora - estudar a noite e conciliar com o trabalho na maré durante o dia.

Nesse contexto, acordava às 5h da manhã, saía para pescar e, ao voltar da maré às 17h, só tinha tempo tomar banho e jantar. Em seguida, andava dois quilômetros para pegar o ônibus estudar na cidade de Rio Tinto. Nesse período, as aulas só terminavam às 22h30min, portanto, no percurso da volta para casa, junto com os outros alunos, chegávamos na pista às 2h da madrugada e, por vezes, até às 3h da madrugada em casa, para voltar à faina da pesca às 5h e ajudar no sustento da casa. Essa rotina perdurou por uma década, até a conclusão do Ensino Médio. Entretanto, nenhuma dificuldade desvaneceu o sonho de ser professor, não desisti e tive a vitória de realizá-lo. Carrego essa profissão com muito amor, dedicação e entrega.

Com 19 anos de atuação na Educação Básica, iniciei na docência a partir dos meus 15 anos de idade, como voluntário, ajudando minha irmã que era professora. Tenho uma vivência significativa tanto na escola indígena quanto na não indígena,

bem como o privilégio de hoje estar trabalhando com meu povo, sobretudo naquilo que diz respeito às nossas especificidades culturais, fortalecendo a nossa identidade. Antes de ser professor fui também cortador de cana-de-açúcar, o chamado ‘boia fria’. Saía de casa ainda na madrugada e voltava à noite. Trabalhei para a usina AGICAN, localizada no município de Mataraca⁵ por quatro anos. Todavia, o meu primeiro emprego remunerado na área da Educação foi em 2003, pela prefeitura de Marcação, na gestão do prefeito Gilberto Barreto, dava aulas na escola Gercino Gomes do Santos, na minha aldeia. Hoje, como professor prestador de serviço no município de Marcação desde o ano de 2003, atuo como docente na escola indígena estadual que desde 2021 se tornou Escola Cidadã Integral. Nesse local, ministro aulas de Etnohistória e História na escola ECI Indígena Antônio Sinésio da Silva, localizada na Aldeia Brejinho.

Também tive a oportunidade de atuar em outros órgãos, a exemplo da Secretaria de Cultura do nosso município, no ano de 2011, atuando no fortalecimento da cultura, em especial na cultura indígena. Em 2012, assumi o cargo de Coordenador de Assuntos Indígenas do município de Marcação, atuando no desenvolvimento das demandas indígenas entres as outras secretarias e outros órgãos. Logo em seguida, no ano de 2013, assumi a Secretaria de Meio Ambiente, atuando como pioneiro na construção do plano de resíduos sólidos do município, fazendo parcerias com o Ministério Público Federal (MPF), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama), Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), na realização de audiências públicas no município.

Em 2018, fui convidado pelo prof. Dr. Lusival Barcellos, para participar, como aluno especial, na disciplina Mito e Espiritualidade Indígena, do curso de mestrado em Ciências das Religiões, ocasião em que tive a oportunidade de compartilhar e adquirir novos conhecimentos, passando a ter interesse em ingressar no mestrado em Ciências das Religiões do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões (PPGCR), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Em 2021, depois de muita experiência na Educação Básica e já com algumas especializações, me inscrevi no

⁵ Os municípios de Mataraca, Marcação, Rio Tinto, Mamanguape e Baía da Traição fazem parte do Litoral Norte da Paraíba.

processo seletivo do PPGCR/UFPB. Era um grande sonho ser aprovado e quando saiu o resultado, foi uma grande realização.

Desde a provação no processo seletivo procurei, com dedicação e afinco, realizar uma formação de aprendizagem sólida ao mesmo tempo em que procurei contribuir com a dinâmica das aulas e participação nos eventos internos e externos da universidade, apresentando artigos e resumos expandidos com colegas de curso. Assim, afirmo que tenho muita altivez em poder cursar esse mestrado, nesse programa que é inclusivo e valoriza o indígena, dando-lhe acesso às discussões, possibilitando seu protagonismo no meio acadêmico. É importante que todos os indígenas ocupem lugares e posições nos diversos cursos, dentro das universidades públicas do país. O ensino público de qualidade é um direito de todos que precisa ser garantido às minorias (Coqueijo, 2020).

Outro desafio importante foi a realização do exame de proficiência em espanhol, no qual fui aprovado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), algo que para mim foi novo e me trouxe uma perspectiva de empoderamento. Vibrei muito quando recebi o resultado, me veio em mente que o indígena é capaz como qualquer outro não indígena, pois tudo faz parte das oportunidades, do desejo e da força de vontade para conquistar os espaços (Costa, 2022). Hoje, analisando todos os percalços e dificuldades que enfrentei, me considero um exemplo de superação e de luta, meus filhos e os jovens da minha aldeia me veem como uma referência e com isso se sentem estimulados a buscar seus próprios sonhos.

Sempre busquei incentivar os estudantes a ocuparem espaços e a conquistar seus sonhos por meio da Educação. Acredito no poder do conhecimento e de como transforma vidas, por isso sempre me preocupei em levar os saberes adquiridos na academia para minha aldeia, buscando melhorar a vida da comunidade, assim como busco levar os meus conhecimentos ancestrais para o espaço acadêmico, pois são saberes que por muito tempo, ficaram no esquecimento, foram apagados e silenciados (Santana Neto, 2022). Enquanto indígena e pesquisador não estou descolado da minha identidade e dos meus conhecimentos tradicionais, isto porque, por onde quer que eu vá, levarei o nome e a luta do meu povo, o que significa dizer que a minha luta sempre será por respeito a nossa identidade e a nossa existência.

Espero que esse trabalho contribua com essa aspiração.

1.2 OS RUMOS DA PESQUISA

A proposta desse trabalho deve possibilitar uma leitura contextualizada sobre o povo Potiguara, sobretudo no campo da Educação e das Ciências das Religiões, daí a importância desse tema. Nesse sentido, essa investigação foi levada com confiança, e coerência, na busca por mitigar visões distorcidas da realidade. Portanto, tomou-se por objeto desta pesquisa - o Terreiro Sagrado *Ibycarayba* e a Educação Escolar Indígena na Aldeia Brejinho e constitui-se como problema de pesquisa a forma como se dão as relações da espiritualidade do terreiro Sagrado *Ibycarayba* com as práticas educacionais diferenciadas da Escola Indígena Antônio Sinésio da Silva.

Para atender à demanda da pesquisa, traçou-se como objetivo geral: analisar as relações do terreiro sagrado, com a educação escolar indígena desenvolvida na Aldeia Brejinho e suas interfaces com a cultura Potiguara; enquanto que os objetivos específicos buscaram: [1] investigar as relações da espiritualidade do Terreiro Sagrado com as práticas educacionais da escola; [2] verificar como e quando os estudantes praticam seus conhecimentos tradicionais dentro do Terreiro e nas escolas; [3] identificar os aspectos culturais religiosos do Terreiro Sagrado e o fortalecimento da cultura Potiguara.

A escolha metodológica foi a etnografia. Esse tipo de abordagem envolve vários recursos metodológicos de cunho qualitativo dentre os quais a opção foi a observação participante para estabelecer aproximação com o universo investigado. Para tanto, foram utilizados os pressupostos colocados por Malinowski (1984), nos quais o autor sistematiza esse método. Também foram utilizados como instrumento de pesquisa a entrevista semiestruturada, o diário de campo, questionários, gravações e registros fotográficos.

Oliveira (2006, p. 31-32) entende que “[...] o olhar e o ouvir constituem a nossa percepção da realidade focalizada na pesquisa empírica.” e que “[...] o escrever passa a ser parte quase indissociável do nosso pensamento, uma vez que o ato de escrever é simultâneo ao ato de pensar”. O objetivo da observação participante é compreender o homem em suas relações da forma mais profunda possível. Não há como dar conta de um fenômeno tão complexo como a vida humana em suas relações sem se utilizar de um instrumento tão complexo quanto. Na visão de Godoy (1995), a atuação do pesquisador no campo tem o objetivo de estudar e compreender o fenômeno a partir

das experiências dos indivíduos. Nesses termos, o método qualitativo possibilita a obtenção de informações de aspectos do cotidiano vivido pelos interlocutores.

O processo do desenvolvimento do trabalho de campo através da observação participante foi realizado ao longo da pesquisa com propósito científico. Entre os meses de agosto a outubro de 2022, foram coletados os dados por meio de entrevistas com 10 estudantes e 10 professores. Dessa forma, passou por duas etapas: a primeira, observação e as entrevistas orais, onde foram aplicados questionários com 5 estudantes do Ensino Fundamental II, 5 estudantes do Ensino Médio e 10 professores indígenas do povo Potiguara. Enquanto a segunda etapa envolveu a análises dos dados coletados. Todos os professores e estudantes envolvidos na pesquisa são indígenas moradores da Aldeia Brejinho. Desse modo, como pesquisador responsável, professor indígena da disciplina de Etno-História e liderança da aldeia, esse trabalho de coleta foi executado sem dificuldade.

A proposta de aplicar questionários com alunos do Ensino Fundamental II e Ensino Médio se deu para analisar se a juventude está próxima das práticas culturais e espirituais, tendo em vista que no atual contexto existem muitas influências da mídia e da cultura não indígena. Isso pode resultar em certa medida um desinteresse por parte dos jovens em participarem de atividades tradicionais, que não devem ser vistas, de forma alguma, como ultrapassadas ou retrógradas, mas como elementos culturais importantes que trazem especificidades étnicas muito particulares ao povo Potiguara.

Para combater essa ameaça, a educação escolar diferenciada indígena está sendo usada de forma a garantir essa manutenção identitária. Na escolha em trabalhar com os professores, o objetivo principal foi a percepção desses profissionais acerca de como desenvolvem as aulas de campo, de modo especial dentro do espaço do Terreiro Sagrado. Secundariamente, veio à tona a compreensão de como as disciplinas podem ser utilizadas em outros espaços além do ambiente escolar.

O que torna possível vislumbrar um cenário animador, pois se torna cada vez mais necessário voltar à atenção de forma sistemática para os povos originários: suas experiências, seus discursos, suas tradições, suas práticas. Isso, porque a pesquisa aqui empreendida é fruto de um diálogo contínuo com os meus orientadores, além de levar em conta a minha trajetória de vida e de trabalho junto à educação indígena. Dessa forma, é essencial mostrar e falar sobre essas questões, visando contribuir com subsídios que venham testemunhar e dar visibilidade às nossas experiências

enquanto indígenas, possibilitando aos não indígenas os saberes no sentido de conhecimento e reconhecimento dos nossos modos de existência.

A estrutura da dissertação tem a Introdução que apresenta a temática, a trajetória do pesquisador e a opção metodológica para realizar a pesquisa e se constitui como primeiro capítulo. O segundo capítulo tem um foco especial sobre o povo Potiguara, toda correlação com o Terreiro Sagrado *Ibycarayba* e a Educação Escolar Indígena, na Aldeia Brejinho, enquanto o terceiro capítulo aprofunda as práticas do Terreiro Sagrado *Ibycarayba* e a Educação Escolar Indígena na Aldeia Brejinho.

Nesse entendimento, apresento o ruminar do pesquisador sobre a empiria, o cotidiano e a realidade do lugar sagrado da Aldeia Brejinho – a aldeia a qual pertenço, mantendo um distanciamento para observar com mais criticidade os dados coletados, para em seguida, fazer uma análise criteriosa.

2 O POVO POTIGUARA E A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

O território do povo indígena Potiguara “[...] está localizado no Litoral Norte da Paraíba e tem uma população aproximadamente 22 mil habitantes, incluindo indígenas que moram nas aldeias e cidades” (Barcellos; Lima; Santana Neto, Silva, 2022, p. 417). Os Potiguara da Paraíba se constituem como “[...] um povo guerreiro e resistente que nunca saiu do seu lugar de origem, desde os conflitos que tiveram com os colonizadores” (idem). Vale registrar que acerca desse povo, existe uma bibliografia muito vasta e, se forma como um conjunto complexo que dentre relatos, iconografias e documentos históricos, atestam o quão devastador foi o projeto colonial, tendo como principal consequência a usurpação territorial do empreendimento colonial extrativista planejado segundo os moldes eurocêntricos.

Palitot (2005), afirma que os espaços de uso desse povo são afetados diretamente pela ação humana desde muito tempo, e que os conhecimentos dos Potiguara sobre esse meio e os seus respectivos recursos naturais, já é consequência do acumulado de experiências de séculos de ocupação desse território. Dito isso, no próximo item trago um conjunto de discussões sobre o contexto ecológico e social no qual estão inseridos os Potiguara.

2.1 O POVO POTIGUARA DA PARAÍBA

O povo Potiguara da Paraíba tem seu vasto território distribuído nas áreas dos municípios de Rio Tinto, Baía da Traição e Marcação (Costa, 2022). Que, por sua vez, estão inseridos na microrregião do Litoral Norte da Paraíba. As terras nas quais se encontram dividem as bacias hidrográficas dos rios Mamanguape e Camaratuba. Além desses dois rios e seus pequenos afluentes, destaca-se um complexo hidrográfico de rios e riachos que se complementam, nascendo e desaguando exclusivamente dentro do território indígena (Barcellos, 2014).

Conforme Palitot e Souza (2005), a vegetação dessa região é acentuada por uma diversidade de biomas, esses variam de acordo com os tipos de solos, índices pluviométricos e proximidade com o mar. Nessa diversidade, podem ser encontradas

formações de restingas, caracterizando-se por solos arenosos com alto índice de salinidade, próximos ao mar, manguezais, ao longo dos estuários, esse tipo de vegetação sofre grande influência da maré, terrenos alagadiços; mata atlântica, áreas de encosta e do topo dos tabuleiros e caatingas litorâneas, áreas de tabuleiros mais altas e distanciadas do mar.

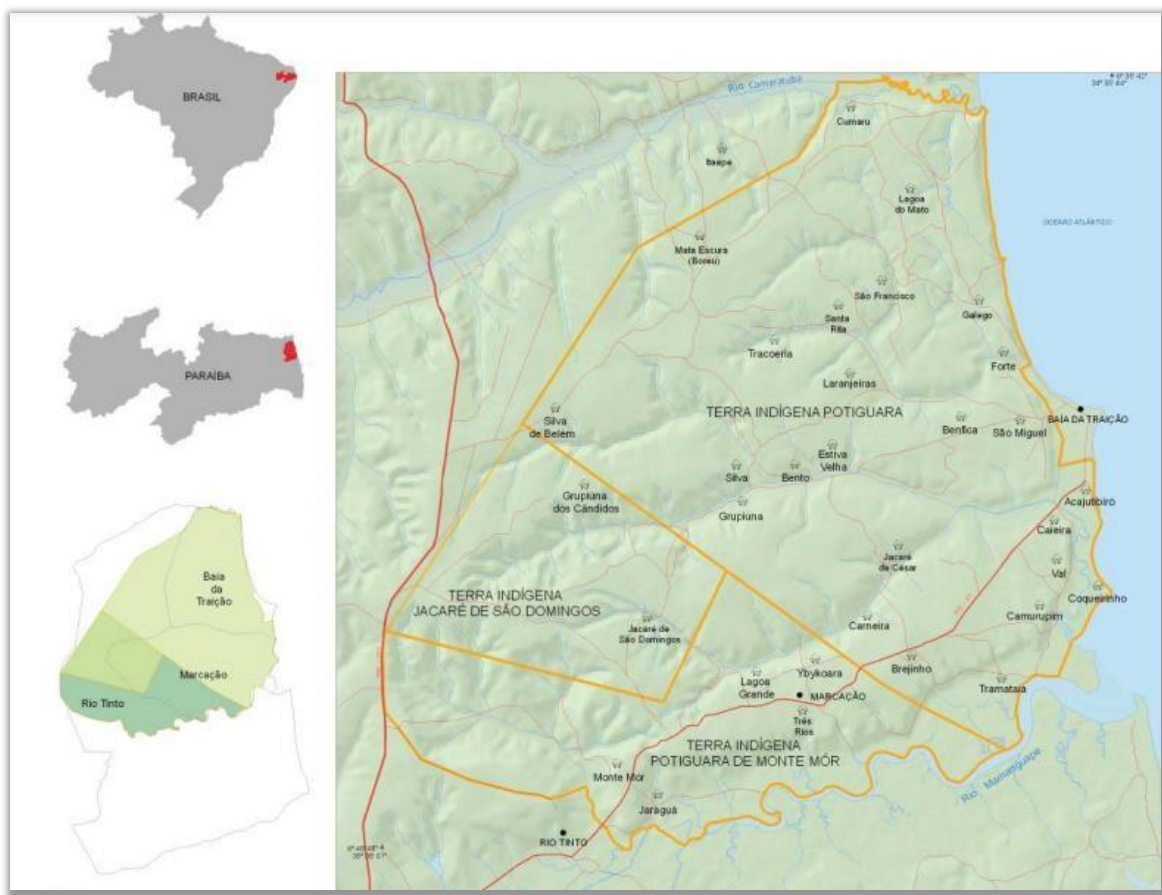
Os Potiguara são parte da população ativa e significativa na história da Paraíba, do Nordeste e do Brasil (Silva, 2020). O primeiro contato com o não indígena ocorreu em 1501, na região da Baía da Traição, na época chamada Acajutibiro⁶. São quinhentos e vinte e três anos de luta e resistência pelo direito de permanecer em seu território, com o devido respeito pelo não indígena de sua cultura, crenças, tradições (Santos, 2020). Já no período colonial a resistência Potiguara contra os invasores europeus lhes garantiu, por meio de leis portuguesas, o direito ao território, mas essa garantia sempre esteve sob pressão, sendo ameaçada por diferentes grupos, com vários interesses.

Nas últimas décadas do século XX a luta pelo reconhecimento do território tradicionalmente ocupado pelos Potiguara se intensificou, tornando-se objeto de seguidos processos de demarcações governamentais e até mesmo autonomia realizada pelos próprios Potiguara. A realidade desse processo histórico resultou em três terras indígenas (TI) Potiguara: São Miguel, Jacaré de São Domingos e de Monte Mór (Palitot, 2018).

A Terra Indígena Potiguara foi demarcada com uma área de 21.238 há (vinte e um mil, duzentos e trinta e oito hectares) nos municípios de Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto. A demarcação da TI Potiguara corresponde, basicamente, ao limite da antiga Sesmarias de São Miguel da Baía da Traição, que foi realizada pelo Exército no ano de 1984. Porém, somente em 1991 a TI Potiguara foi homologada (Cardoso *et al*, 2012), como pode se ver na Figura 1, adiante.

⁶ De origem Tupi que significa cajueiro azedo.

Figura 1 - - Localização das Terras Indígenas e aldeias Potiguara da Paraíba



Fonte: CARDOSO, *et al.* (2012, p. 109)

No início do século XX, mais especificamente entre os anos de 1917 e 1918 a Companhia de Tecidos Rio Tinto (CTRT) se instala na região do Vale do Mamanguape, mais precisamente na atual cidade de Rio Tinto. De propriedade da família Lundgren, a CTRT era filial da Companhia de Tecidos Paulista, sua matriz em Pernambuco, sendo implementada como parte do projeto de ampliação dos negócios têxteis, atraídos pelos incentivos fiscais do governo paraibano. Mais tarde, passou a ser conhecida no Brasil inteiro por meio da rede de lojas “Casas Pernambucanas” (Moonen, 2008). Palitot (2005), corrobora que a ocupação das terras indígenas pelos Lundgren deu-se de forma gradual, porém rápida e que de acordo com alguns moradores da região da época, a CTRT começou a ser construída em 1918 para então vir a funcionar em 1924.

Ainda de acordo com Palitot (2005), a chegada da Companhia de Tecidos Rio Tinto no povoado Vila da Preguiça consigna aos Lundgren o poder de atrair mão de

obra barata, empregando muitos Potiguara na implantação de roçados para abastecer o “barracão” e na abertura e conservação de estradas (Amorin, 1970). A Companhia necessitava semanalmente de milhares de metros cúbicos de lenha para operar seus geradores termoeletrônicos. Em função dessa necessidade, a retirada de madeiras e outros recursos florestais eram proibidos, sendo severamente fiscalizada e punida caso os vigias achassem que isso ameaçava os recursos de domínio da Companhia (Panet, 2002). Nesse entendimento pode ser observado que:

Entre os Potiguara, as denominações “sargento” e “capangas” são utilizadas para referenciar os vigias e para demonstrar o medo que ainda hoje é guardado como más lembranças do tempo da “amorosa”. Nesse tempo, os indígenas não podiam se reconhecer como tal, caso algum quisesse se rebelar era duramente castigado pelos capangas do Frederico. Tempos de medo, de “assombração”, de silêncio e de usurpação das terras tradicionais são palavras utilizadas pelos Potiguara ao referenciar o momento da instalação da CTRT (Marques, 2009, p.117).

O tempo da Amorosa foi retratado como uma época de vários tipos de represálias que eram empreendidas a quem desobedece às ordens do coronel Frederico Lundgren. Existia uma milícia particular da Companhia, usada nos processos de esbulho das terras Potiguara e no controle das pessoas e atividades da vila-operária.

As torturas e mortes eram realizadas nas instalações da fábrica ou no meio do mato, em lugares ermos. Na fábrica, falam que os índios eram atirados dentro de uma das caldeiras. Havia um lugar na Mata do Burro D’água onde dentro de um buraco tinha umas agarras de ferro, onde os cabocos eram atirados. Aqueles que ficaram negavam ou não expunham a identidade étnica, como uma forma de viver sob o jugo da Companhia (Palitot, 2005, p. 70).

Muitos Potiguara relatam que quando uma família se recusava a entregar suas terras para os Lundgren tinham suas casas atacadas e destruídas pelos capangas do Coronel Frederico durante a noite impossibilitando a fuga. Assim, é compreensível o fato de que muitos indígenas tinham medo de se aproximar de suas famílias para não serem pegos, devido a esse fato muitos se dispersaram ou migraram para outras aldeias ou cidades.

A chegada da fábrica forçou um novo arranjo territorial que alterou o modo de vida natural de como viviam os indígenas, a saber: o impedimento de acesso ao manguê e a coleta de madeira nas matas. E essa proibição a esses espaços coletivos gerou grandes conflitos. Nessa época na Aldeia Brejinho, conforme ouvi dos meus

país, as estradas de acesso ao mangue foram aos poucos sendo cercadas e foi proibido o uso da madeira que passou a ser utilizada para alimentar as caldeiras da fábrica, como também para construção das casas. Porém, o desenvolvimento da CTRT, acontecia de “vento e popa”, levando tempos depois ao povoado indígena, elevando-se a cidade com o nome de Rio Tinto, tornando-se um centro industrial de grande prestígio no estado.

Décadas depois, entre os anos de 1960 e 1970, o mercado foi se tornando mais competitivo e o modelo econômico adotado pela fábrica não conseguiu se adaptar às novas demandas que surgiam, o que acabou por desencadear de forma gradual o seu fechamento. Na década de 1980, grande parte das terras da CTRT foram vendidas para as usinas de álcool, encerrando-se por completo as atividades da fábrica (Barcellos; Farias; Fonseca; Flores; Rodrigues, 2014). Com isso, tem início uma nova etapa de transformações nessa região, que se estende até os dias de hoje, já que as usinas ainda atuam de maneira significativa em todo o Vale do Mamanguape.

Na década de 70, mais precisamente no ano de 1975, o governo brasileiro lança o Programa alcooleiro, visando o atendimento das necessidades do mercado interno e externo e da política de combustíveis automotivos alternativos aos combustíveis fósseis. É nesse contexto que as usinas canavieiras de Pernambuco e Paraíba investem em áreas antes exploradas apenas pela agricultura de subsistência, comprando/arrendando as terras, que seriam utilizadas para a plantação. Ademais incentivavam os proprietários rurais na produção para essas empresas. Para o povo Potiguara foi um período de muita hostilidade e perseguição, ao mesmo tempo em que se observou um desmatamento massivo das áreas de vegetação nativa. Também, nesse período o cerceamento foi predominante, segundo afirma Barcellos (2014).

Segundo Moonen (2008), os Potiguara afirmam que a maior destruição da vegetação e dos tabuleiros se deu depois da chegada das usinas canavieiras. A chegada da CTRT e das usinas canavieiras são fatores de relevância catastrófica para o bioma, já que geraram e ainda geram impactos de diversas proporções, sobre o meio ambiente (mangues, tabuleiros, rios, maré, entre outros) e sobre a vida das pessoas que não só retiram seu sustento desse meio ambiente, mas também têm uma relação com ele que passa por um modo de vida, que valoriza a cultura, bem como a espiritualidade.

Com tais arranjos, nos quais o poder hegemônico também era dialeticamente detentor de grande capital econômico, também se formava uma conjuntura que culminou nos processos de ‘emergência étnica’ (Palitot, 2005) e estratégias de resistência para reivindicar a identidade de povo indígena. Em cada pedaço das terras Potiguara os efeitos e os contatos com a CTRT e a indústria sucroalcooleira foram em graus diferentes, alguns mais acentuados e outros menos, colocando em evidência os diferentes contextos em que estiveram inseridos o povo Potiguara, assinalando a complexidade das relações sociais e étnicas, em que as práticas de dominação e controle tiveram papel determinante, condicionando a organização social e a organização política desse povo.

2.2 ALGUMAS DISCUSSÕES SOBRE EDUCAÇÃO

A educação é um processo que permite o ensino e a transmissão de conhecimentos. Em todas as épocas e lugares do globo os mais novos aprenderam com as gerações anteriores, seja através da oralidade, seja por meio da história oficial, o que pode ser dito como uma contribuição de todos esses fluxos de informações, enquanto responsáveis na produção de uma conscientização a respeito dos significados da cultura que é reflexo do comportamento humano. Além do mais, faz parte do processo experiencial, uma vez que é apreendida e transmitida ao longo dos tempos. Desse modo, ela expressa particulares visões sobre o mundo, que podem ser reais ou imaginárias. Por essa razão é imprescindível um ensino que leve em consideração os aspectos culturais de um povo, nesse caso do povo Potiguara.

O conhecimento do meio é fundamental para a sobrevivência e representá-lo faz parte do próprio processo pelo qual o ser humano amplia seu saber. Portanto, valorizar os saberes culturais torna-se importante para o desenvolvimento cognitivo dos alunos, pois, o conhecimento do território amplia as possibilidades de compreensão do mundo e colabora para um melhor entendimento dos conteúdos relacionados a outras áreas do conhecimento, não somente do ponto de vista do conteúdo, mas também do prisma ideológico (Sato, 2002).

A perspectiva a ser norteadora é a de que educação não se aprende apenas em sala, vai muito além, pois a educação promove a transmissão de conhecimentos que interfere direta e ativamente na construção de seres individuais e sociais, possibilitando o desenvolvimento de processos psíquicos por parte da criança como também serve como instrumento para conhecer o mundo e seus fenômenos. Do mesmo modo, a educação escolar diferenciada apresenta uma força muito grande para a afirmação da cultura dos Potiguara, ela é rica de conhecimentos ancestrais para diversidade de saberes que é próprio deste povo. Nesse sentido, corrobora com o plano de educação escolar indígena que se volta a reconstituir as tradições contribuindo com a afirmação étnica.

Nesses termos, considera-se a Educação Escolar Indígena um instrumento pedagógico de reafirmação da cultura, capaz de propiciar uma aprendizagem significativa, efetiva e multiplicadora. Além do mais, é de suma importância que os conhecimentos originários dos estudantes sejam valorizados e que eles possam perceber que as questões culturais fazem parte do seu cotidiano, trazendo para sala de aula as suas experiências. Também, promover aulas de campo levando o aluno a vivenciar *in loco* aquilo o que ele vê como conhecimento teórico em sala de aula, aliando dessa forma teoria e prática, criando oportunidades e privilegiando as relações entre a escola e a comunidade (Felix, 2018).

Nesse contexto, é salutar deixar evidente que a Educação Escolar Indígena tem essa função, influenciando no cotidiano. Os espaços escolares são considerados privilegiados para o processo de ensino aprendizagem, com o objetivo de promover grandes avanços na conscientização e sensibilização da comunidade escolar, que tem como um dos maiores desafios estabelecer conexões entre o que se aprende na escola e na vida, como veremos no próximo item.

2.3 A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Os povos nativos originários que habitavam as terras brasileiras antes da chegada e do estabelecimento dos portugueses possuíam um sistema social próprio, que incluía, entretanto, maneiras específicas de educar seus filhos com o fim de torná-los capazes de viver em seu meio social vigente. Segundo o autor indígena

Gersem Baniwa (2006), a educação indígena refere-se aos processos próprios de transmissão de conhecimentos dos povos indígenas, isto é, refere-se à maneira de os povos nativos passarem seus conhecimentos e modo de viver na sua sociedade aos mais novos; representa seu modo de formar bons cidadãos para seu grupo. Esse processo educativo indígena se dá durante todo ciclo da vida de indígena (Felix, 2018).

A educação indígena refere-se aos processos próprios de transmissão e produção dos conhecimentos dos povos indígenas, que são repassados através de gerações ao longo do tempo, enquanto a educação escolar indígena diz respeito aos processos de transmissão e produção dos conhecimentos não indígenas e indígenas por meio da escola. É importante assinalar que se trata de uma política pública, conquistada pelos povos indígenas por meio das suas reivindicações, ou seja, é uma escola apropriada para povos indígenas para reforçar seus modos de vida abrindo caminho para o acesso a outros conhecimentos que são pensados por não indígenas e que fazem parte dos conteúdos convencionais.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (Brasil, 1998, p. 25): “Diferenciada porque é concebida e planejada como reflexo das aspirações particulares de cada povo indígena e com autonomia em relação a determinados aspectos que regem o funcionamento e orientação da escola não indígena”. A relação intercultural deve ser pensada no sentido de troca e respeito ao outro, o que contribui para uma sociedade mais justa e igualitária.

No início os indígenas eram vistos como empecilho ao progresso (Coqueijo, 2020), entretanto, por meio da organização política, esses povos vêm mostrando que são protagonistas da sua história e que devem ser inseridos de forma efetiva nas tomadas de decisões e espaços de poder. Nesse sentido, a educação escolar indígena se conecta objetivamente com as propostas de autonomia e de fortalecimento dos conhecimentos tradicionais. Todavia, essas mudanças no cenário aconteceram de forma lenta e somente a partir do século XX, devidos as profundas transformações no quadro político brasileiro, com a organização da sociedade civil por meio de várias entidades, dentre as quais as indígenas e indigenistas, a participação popular tornou-se mais ativa na esfera política do país, lugar por excelência no qual aconteciam as lutas pelas suas terras e pelo direito de falar a sua língua materna, ou seja, pela possibilidade de manter viva suas tradições culturais (Marques; Simas; Palhano Silva, 2018).

Nesse período, por meio do engajamento na luta para fazer valer os seus direitos, os indígenas conseguiram alcançar algumas conquistas, entretanto o genocídio e a negação de direitos acontecem até os dias de hoje. Fatos sinistros como esses, levam indígenas a continuarem resistindo em busca da garantia de direitos constitucionais e de exercer suas especificidades étnicas e, nesse contexto de lutas e resistência política que a escola indígena aparece para assumir um novo papel frente aos grupos indígenas, passando de instrumento de dominação a instrumento de reafirmação étnica e cultural, fonte de conhecimento da lógica da sociedade envolvente, lançando as bases de um diálogo no qual os povos indígenas se constroem como sujeitos pensantes capazes de reivindicar o que garante a Constituição Federal (CF) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que dentre outras deliberações garante uma escola bilíngue e diferenciada.

A educação escolar indígena foi homologada a partir do consenso na área de atuação da educação básica, através do plano legal, no qual atendessem as necessidades educacionais desses povos e seus interesses, respeitando seus modos de vida, saberes, fazeres e ancestralidade:

As definições da Constituição Federal de 1988 relativas aos direitos dos índios consolidaram os avanços alcançados junto ao Estado pelo movimento indígena, que desde a década de 70 se organizava na busca da afirmação dos direitos desses povos no Brasil. Os arts. 231 e 232, respectivamente, “reconhecem aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam” e que “suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo e em defesa de seus interesses” rompendo definitivamente com o paradigma integracionista e a instituição da tutela (Brasil, 2007, p. 26).

A partir desse momento a educação escolar indígena passa a ser um ordenamento político de grande valor para as causas indígenas e inova suas garantias aos movimentos e a população escolar indígena que deixa de ser uma temática secundária. Além da LDB nº 9394/96 e da resolução 3/99 do Conselho Nacional de Educação (CNE), o direito a uma educação diferenciada, passou a ser uma garantia prevista na Constituição Federal, bem como foi contemplada no plano nacional pela educação e no projeto de lei de revisão do Estatuto do Índio, ambos discutidos no Congresso Nacional, aprovados na Constituição, por meio dos artigos 210, 215 e 231 e através do Decreto Presidencial nº 26/91 que define o Ministério da Educação (MEC) como o responsável pela proposição da política de educação escolar indígena,

passando os estados e municípios a serem responsáveis por sua execução sob orientação do MEC (Brasil, 2007).

Foi em 1993, que o MEC resolveu garantir os direitos conquistados na constituição publicando o documento intitulado “A Educação Indígena” elaborado para servir de referência básica aos planos operacionais dos Estados e Municípios em relação à educação indígena. Tal documento retrata a principal mudança quanto ao caráter da legislação brasileira que passa a reconhecer o direito, a diferença e a proteger as organizações sociais, costumes, crenças e tradições próprias das populações indígenas.

Diante desses instrumentos já existentes e pensando em uma forma própria de educação, além de um processo de aprendizagem peculiar, estudiosos e militantes da causa indígena desenvolveram o Estatuto da Escola Indígena - Resolução 3/99 do CNE, que deve ser seguido por todas as escolas que possuem alunos indígenas. Segundo o artigo 39, da Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010, do Conselho Nacional de Educação,

As escolas indígenas, atendendo a normas e ordenamentos jurídicos próprios e a Diretrizes Curriculares Nacionais específicas, terão ensino intercultural e bilíngue, com vistas à afirmação e à manutenção da diversidade étnica e linguística, assegurarão a participação da comunidade no seu modelo de edificação, organização e gestão, e deverão contar com materiais didáticos produzidos de acordo com o contexto cultural de cada povo (Brasil, 2010).

Após quase 25 anos da promulgação da nossa Carta Magna, em 1988; é importante afirmar que o direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada e de qualidade, ali inscrito pela primeira vez, encontrou-se respaldado na legislação subsequente. Foi assegurado aos indígenas o direito de serem e permanecerem indígenas, com suas línguas maternas e seus próprios processos de ensino e aprendizagem na educação escolar, criaram-se possibilidades para a escola indígena contribuir para o processo de afirmação identitária e cultural desses povos, contribuindo para a valorização das identidades étnicas.

As leis subsequentes a Constituição que tratam da educação como a LDB e o Plano Nacional de Educação (PNE), abordam o direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada, pautada pelo uso das línguas indígenas, pela valorização dos conhecimentos e saberes milenares desses povos. Para contemplar a

heterogeneidade de situações e de vivências históricas e culturais de mais de 200 povos indígenas encontrados no Brasil, essa diversidade atesta o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI):

Os princípios contidos nas leis dão abertura para a construção de uma nova escola, que respeite o desejo dos povos indígenas por uma escola que valorize suas práticas culturais e lhes dê acesso a conhecimentos e práticas de outros grupos e sociedades. Uma normatização excessiva ou muito detalhada pode, ao invés de abrir caminhos, pode inibir o surgimento de novas e importantes práticas pedagógicas e falhar no atendimento a demandas particulares colocadas por estes povos. A proposta da escola indígena diferenciada representa, sem dúvida alguma, uma grande novidade no sistema educacional do país, exigindo das instituições e órgãos responsáveis à definição de novas dinâmicas, concepções e mecanismos, tanto para que essas escolas sejam de fato incorporadas e beneficiadas por sua inclusão no sistema, quando respeitadas em suas particularidades. (Brasil, 1998, p. 34).

Apesar das conquistas alcançadas pela luta indígena no campo jurídico, a educação escolar indígena no Brasil, em geral, tem muito a melhorar, possuindo aparentes desigualdades regionais e desarticulações entre os poderes constituídos. Portanto, há ainda muito que se fazer em relação à universalização da oferta de uma educação escolar de qualidade para os povos indígenas, que contemple os seus interesses, sua autonomia, a garantia de seus direitos, e que satisfaça as necessidades básicas de aprendizagem e autonomia destes povos (Gomes; Paiva, 2016). Destaca-se ainda, que as práticas educacionais, como bem coloca Barcellos (2014), são movimentos cotidianos, imbricados, de tal forma, que é difícil delinear “[...] onde começa um, onde começa o outro.” Nesse sentido, no próximo item discutirei sobre a Educação Escolar Indígena Potiguara e suas práticas educacionais.

2.4 A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA POTIGUARA

Como posto no item anterior, a educação escolar indígena pode ser vista como uma estratégia de resistência desses povos. Portanto, o ensino diferenciado se coloca como um instrumento tanto político-pedagógico quanto social. A busca por uma educação escolar indígena efetiva requer mudanças em diretrizes, objetivos, currículos e programas, no sentido de que se voltem à realidade indígena. A escola indígena é erigida a partir da inter-relação entre professor, aluno, direção, lideranças e a comunidade como um todo, pois são valorizadas as decisões coletivas.

De acordo com Vasconcelos (2010), a educação dos Potiguara parte das relações de seu povo com a sua cultura, e isso ocorre através da iniciação das crianças nas práticas religiosas e culturais, em um processo de herança geracional transmitida de pai para filho, além do papel dos anciões que são verdadeiras enciclopédias vivas. Ou seja, são contribuições essenciais para a construção do currículo escolar, fazendo com que a educação aprendida em casa, nos processos de sociabilidade, além dos experienciais passem a fazer parte da educação formal sistematizada.

Por essa perspectiva, entende-se, que o povo Potiguara tem formas educativas peculiares que precisam ser repassadas e nada melhor que o ambiente escolar para tal feito. Desde criança, na própria escola é preciso aprender e valorizar sua cultura e seus costumes para que eles não se percam no tempo. O respeito à interculturalidade traduz a possibilidade de diálogo que os indígenas podem estabelecer entre as tradições indígenas e a cultura do não indígena. Também pode ser dito que:

O ambiente escolar indígena aparenta assumir um novo papel frente aos grupos indígenas na atualidade, tais como: i) não se configurar mais como instrumento de dominação, e sim instrumento de reafirmação étnica e cultural, ii) fonte de conhecimento da lógica das sociedades envolvidas, lançando às bases um diálogo sobre qual identidade indígena se constrói o sujeito pensante capaz de reivindicar o que a Constituição Federal (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) garantem, e iii) escola bilíngue e diferenciada (Santos; Silva, 2021, p. 107).

O povo Potiguara vem ocupando seu território durante séculos, possui sua identidade e sua ancestralidade e vêm aos poucos reafirmando sua cultura através dos seus saberes e fazeres (Santos, 2021). Os mitos e os ritos estão presentes na cultura e na espiritualidade Potiguara enriquecendo cada vez mais o repertório de possibilidades educativas desse povo (Falcão; Costa; Barcellos, 2022).

Esses saberes sempre foram transmitidos por meio da oralidade dos mais velhos aos mais novos, o que permitiu que esses mitos permanecessem vivos no imaginário dos Potiguara, entre eles podemos citar os principais: “Comadre Fulôzinha” (dona da mata), “Pai do mangue” (dono do mangue) e a “Mãe d’água” (dona das águas). E que estão se materializando na educação indígena Potiguara em cartilhas elaboradas por professores e alunos Potiguara que contaram com a assessoria da

Funai e da UFPB, como “Lendas e Causos do Povo Potiguara” (Marques, 2009). Esses materiais publicados passam a ganhar destaque contribuindo para o enriquecimento da educação escolar indígena.

Um sinal diacrítico importante na cultura dos Potiguara e nas outras etnias do Nordeste é o Toré (Barcellos; Figueiredo, 2020). O Toré é o principal ritual dos Potiguara, por ser uma manifestação política, definido pelos indígenas como tradição, união e crença (Souza, 2017).

O toré é um elemento cultural dos Potiguara-PB, que está presente em todos os movimentos que a população indígena desenvolve, nos espaços que consideram sagrados, juntamente com a espiritualidade que faz parte do coletivo, da ancestralidade e da cosmologia desse povo, tendo em vista a subjetividade de cada indígena Potiguara (Barcellos; Lima; Santana Neto; Silva, 2022, p. 417).

O Toré, na visão dos Potiguara, segundo a cartilha “Os Potiguara pelos Potiguara” (2005) que foi elaborada por professores e alunos Potiguara de Baía da Traição, é um ritual indígena que é dançado em forma de círculo, com o acompanhamento musical de gaitas, tambores e maracás. Esse elemento, tem papel significativo dentro da educação escolar indígena para cultura. Conforme Barcellos (2005) a prática de rituais nas furnas era muito comum e fazia parte do cotidiano indígena.

O ritual do toré entre os Potiguara, segundo a tradição oral, remonta o “tempo de antigamente”, que compreende o tempo “troncos velhos”. Nas narrativas, é comum as indicações de que os “troncos velhos” realizavam rituais no meio da mata, nas furnas e neles eram acionados diferentes conhecimentos e habilidades no trato com os animais, com os espíritos e com os Encantados. Os rituais de cura e os atos divinatórios são lembrados e mencionados como indícios da capacidade ritual dos indígenas em lidar com doenças, com atividades cotidianas de caça e pesca e com atividades políticas (Vieira, 2019, p. 52).

O artesanato também se faz muito presente na cultura material do povo Potiguara desde a produção de colares, tapetes, jarros, arcos, flechas, tambores, e enfeites de palha e penas, entre outros para os mais diversos usos (Palhano Silva, 2018). Todos esses aspectos culturais devem permear as atividades de uma escola indígena e o povo Potiguara está levando propostas didático-pedagógicas que contemplem seu rico acervo cultural, conforme pode ser visto na Figura 2, adiante.

Figura 2 - Encontro Cultural no Terreiro Sagrado



Fonte: Arquivo pessoal (Lima, 2018)

A educação escolar indígena é uma das bandeiras de luta desse povo aguerrido do qual faço parte, pois todos acreditam que a escola desempenha um papel essencial na formação das novas gerações. Os Potiguara exigem uma política mais definida para a educação indígena, com respeito à construção de um currículo ou proposta pedagógica que considere os aspectos do bilinguismo, do interculturalíssimo, da religiosidade e tradições do nosso povo.

A escola nas aldeias tem como objetivo promover e fortalecer a cultura indígena. Nela, a criança terá um encontro mais ativo com sua cultura e, a partir dele, poderá reavivar em seu núcleo familiar, ou até mesmo na comunidade, a noção de pertencimento e o orgulho de se identificar como indígena. Sua identidade étnica é fortalecida (Costa, 2022, p. 144).

Assim sendo, a escola é um espaço de resistência da educação e da cultura indígena, que aproxima os estudantes de várias possibilidades e fatos da comunidade local e sociedade envolvente. Nesse sentido, a educação escolar indígena faz toda a diferença no contexto em que é desenvolvida, ao propiciar autonomia para desenvolver práticas pedagógicas diferenciadas, de acordo com perspectivas culturais e cosmológicas da comunidade, como previsto no Referencial Curricular para as Escolas Indígenas:

Todas as sociedades indígenas dispõem de seus próprios processos de socialização e de formação das pessoas, mobilizando agentes para fins educacionais. Os momentos e atividades de ensino-aprendizagem combinam espaços e momentos formais e informais, com concepções próprias sobre o que deve ser aprendido, como, quando e por quem. A escola não deve ser vista como o único lugar de aprendizado. Também a comunidade possui sua sabedoria para ser comunicada, transmitida e distribuída por seus membros; são valores e mecanismos da educação tradicional dos povos indígenas. Essas formas de educação tradicional podem e devem contribuir na formação de uma política e prática educacionais adequadas, capazes de atender aos anseios, interesses e necessidades diárias da realidade atual (Brasil, 1998, p. 23).

A implementação das disciplinas de Arte e Cultura, Etno-história e Língua Tupi possibilita um ensino diferenciado e visa contribuir de maneira mais significativa no fortalecimento da identidade étnica Potiguara, além de dar autonomia para que nosso povo possa promover grandes avanços na conscientização e sensibilização acerca da importância da comunidade de Aldeia Brejinho possuir sua escola indígena, para incentivar e reavivar saberes e valores culturais que apresento no próximo item.

2.5 A EDUCAÇÃO ESCOLAR NA ALDEIA BREJINHO

A Aldeia Brejinho (ver Figura 3, mais adiante) é uma das 15 aldeias do município de Marcação, localizada no território indígena Potiguara, situada na zona rural, distante 3 km de Marcação e 75 km da capital paraibana, João Pessoa. A comunidade indígena da Aldeia Brejinho é composta por 86 famílias indígenas do povo Potiguara e 14 famílias não indígenas, ou seja, a sua composição é formada por um grande percentual de indígenas. A maioria da população da aldeia tem sua renda familiar

advinda da agricultura e pesca. Em relação à saúde, temos a Secretaria de Saúde Indígena (Sesai) como também a Secretaria Municipal de Saúde do município, que busca proporcionar o bem-estar da comunidade da aldeia.

Figura 3 - Vista da entrada da Aldeia Brejinho



Fonte: Arquivo pessoal (Lima, 2018)

A Escola Indígena Antônio Sinésio da Silva possui aproximadamente 370 estudantes matriculados, entre crianças, adolescentes, jovens e adultos. Tem um sistema de ensino específico e diferenciado que oferta componentes curriculares específicos de Etno-história – que trabalha as histórias indígenas de maneira específica e distinta, além de valorizar a especificidade dos povos indígenas. Também a disciplina de Arte e Cultura, que trabalha nossos costumes através da arte, do teatro, das danças, das pinturas corporais, das músicas e dos cantos. A língua Tupi, com o objetivo de revitalização da língua materna, e a disciplina de legislação indígena, que aborda os temas da conscientização dos direitos e dos deveres das populações indígenas. Essas disciplinas têm por objetivo proporcionar aos alunos uma visão distinguida sobre a realidade vivenciada em seu dia a dia.

Ainda sobre a Escola Indígena Antônio Sinésio da Silva pode-se apontar que oferece aulas nos três turnos de funcionamentos, que seu corpo discente é formado, hoje, por 50% dos alunos residem na aldeia e os outros 50% são das outras aldeias circunvizinhas do mesmo município, também que os funcionários são todos indígenas. Em 2011, a escola ofereceu o programa, os Primeiros Saberes da Infância (PSI) em parceria com a rede estadual de ensino. Uma formação básica com perspectiva de trabalhar o processo de leitura, escrita e lógico- matemático para os alunos 1º ao 5º anos do Ensino Fundamental (anos iniciais), com habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos bimestralmente, uma sequência de aulas elaborada, que fazia a previsão das habilidades e conteúdo que seriam desenvolvidos, para que o professor planejasse sua aula junto com o coordenador da escola.

Noutro momento também teve o “Mais Educação”, programa criado pela portaria interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo decreto 7. 083/10, se constitui como estratégia do Ministério da Educação para indução da construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais do ensino que amplia a jornada escolar nas escolas públicas. Objetivando melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e em matemática por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes, priorizando alunos que tenham mais dificuldades de aprendizagem, funcionava na escola no contraturno, através das oficinas, de horta e canteiro sustentável, capoeira, ciclismo, de português e matemática trabalhando no fortalecimento educacional. Outro programa importante, foi o “Se Sabe de Repente”⁷ (SE).

Compondo a formação dos alunos, a Escola oferece projetos como o “Aprender Brincando”⁷ a “Semana Ambiental”⁸ e os “Jogos Indígenas”⁹, cujo espaço para a

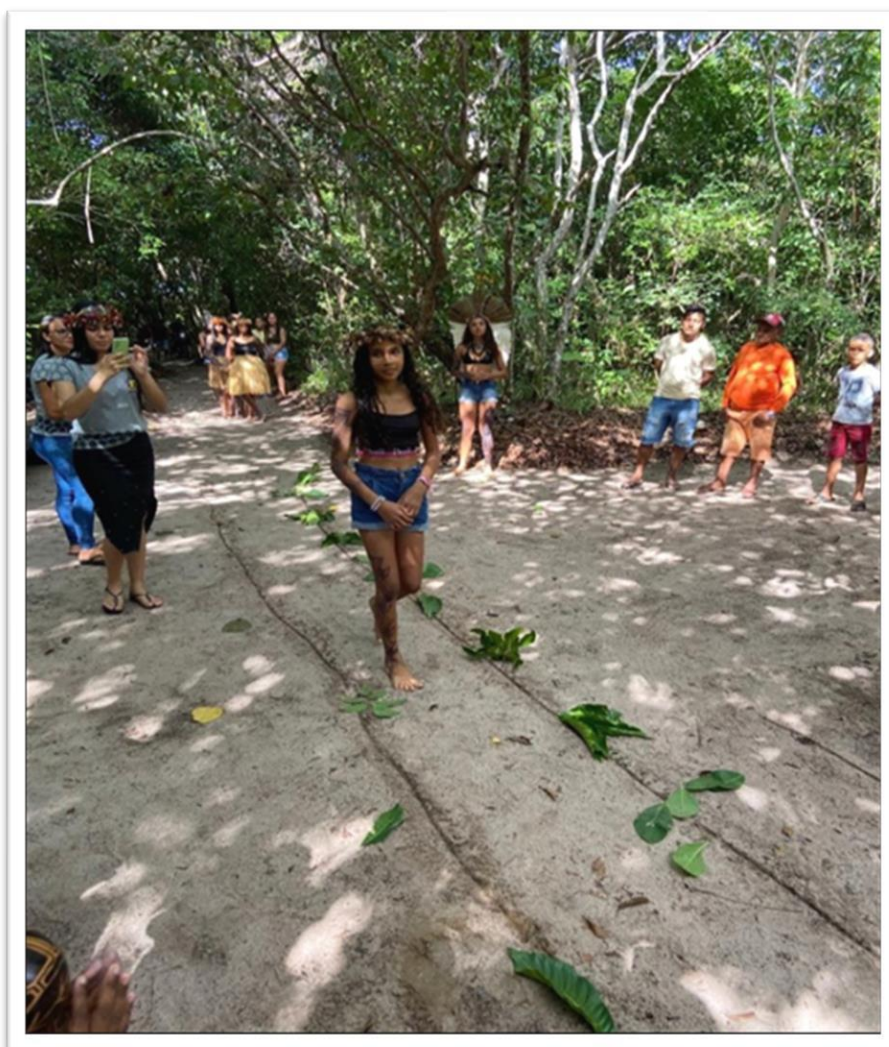
⁷ Esse projeto tem por objetivo principal trabalhar leitura, escrita e a perspectiva lógico- matemático com os alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. Para isso existem diários de classe específicos, com as habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos bimestralmente.

⁸ A semana ambiental é realizada na primeira semana de junho, em que saímos do ambiente escolar e utilizamos os espaços naturais que temos em nossa aldeia, as chamadas aulas de campo em espaços pedagógicos, um desses locais e o mais importante é o nosso terreiro *ibycaraiba*, nessas aulas discutimos sobre a preservação do ambiente. Trabalhamos durante toda semana alguns temas, tais como: território, preservação, desmatamento, reflorestamento, assoreamento.

⁹ Os Jogos Indígenas, foi um projeto desenvolvido há 12 anos, nessa ocasião trabalhamos com várias modalidades de esporte a exemplo do cabo de guerra, arremesso de lança, corrida de torra, tiro ao alvo e arco flecha. Também temos as modalidades de futebol masculino e feminino, são atividades esportivas que contam com a presença maciça dos alunos. Fazemos a abertura dos Jogos Indígenas no terreiro *ibycaraiba*, com o ritual do toré, pedindo aos encantados força, alegria e proteção para que a semana esportiva ocorra da melhor forma possível.

realização é o terreiro *Ybycaraiba* ou Terreiro Sagrado, explorando seus recursos em aulas de campo. Nesse sentido a escola tem dois grandes momentos: o primeiro no mês de abril, encerrando o abril indígena, com grandes apresentações culturais promovidos pelos alunos e professores como pode ser visto na Figura 4, abaixo; e o segundo momento no encerramento do ano letivo, com várias apresentações culturais e as formaturas indígenas, mostrada na Figura 5.

Figura 4 - Apresentação cultural, terreiro Ybycaraiba



Fonte: Arquivo pessoal (Lima, 2018)

Figura 5 - Cerimônia de formatura indígena do Ensino Médio



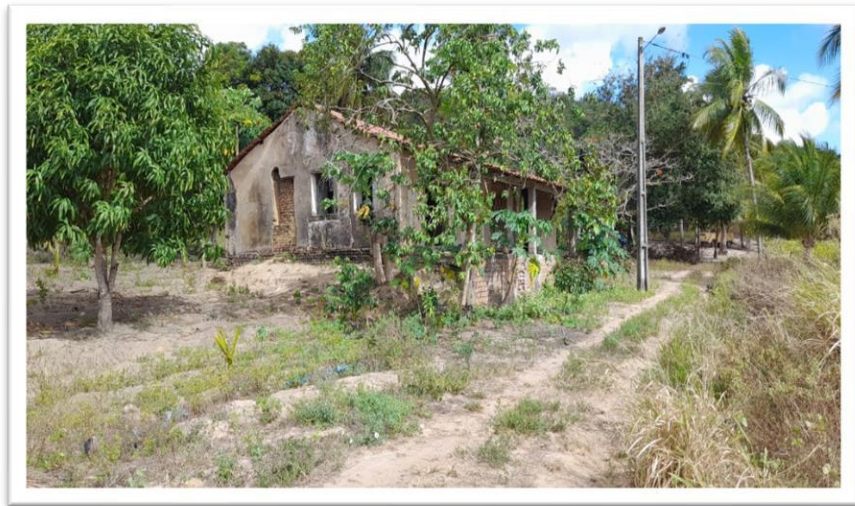
Fonte: Arquivo pessoal (Lima, 2018)

Dessa forma, a educação escolar indígena, busca seguir o que é previsto no Referencial Curricular Nacional para as escolas indígenas, ao recomendar que as atividades didáticas lidem com a realidade de cada comunidade indígena (Brasil, 1994).

É de grande valia a utilização de outros espaços, que não somente, a sala de aula para o processo da educação indígena. O terreiro sagrado é um desses espaços nos quais as formas específicas de vivenciar a cultura Potiguara podem ocorrer de forma específica e diferenciada, tendo em vista o contato dos estudantes com o conhecimento tradicional e científico promovidos por ações que as escolas indígenas desenvolvem (Barcellos; Lima; Santana Neto, Silva, 2022, p. 417).

Na Aldeia Brejinho a Educação escolar pode ser classificada por três momentos marcantes. O primeiro momento tem início no ano de 1907 na Casa Grande, que pode ser vista mais adiante nas Figuras 6, 7 e 8 – trata-se de uma construção em tijolos, com dezessete portas e onze janelas, no engenho conhecido como ‘Boi Choco’ da família Dantas.

Figura 6 - Vista da Casa Grande



Fonte: Arquivo pessoal (Lima, 2018)

Figura 7 - - Casa Grande, hoje funciona uma casa de farinha



Fonte: Arquivo pessoal (Lima, 2018)

Figura 8 - Casa de Farinha, instalações



Fonte: Arquivo pessoal (Lima, 2018)

Na Casa Grande existia uma sala e alpendre que serviam de sala de aula, além destes ambientes, os donos da casa cediam os bancos para os alunos. Informações, segundo a entrevistada, a Senhora Maria dos Ramos da Silva, conhecida popularmente por Dona Bau¹⁰, uma das professoras que lecionou na localidade em 1978. Nesse período, se tratava de uma modalidade de ensino para jovens e adultos do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL)¹¹ que funcionava no turno da noite. A turma era composta por alunos trabalhadores da Casa Grande e seus respectivos filhos, já maiores de idade. Eles trabalhavam durante o dia e a noite estudavam. O responsável pela escola da Casa Grande era a senhora Marlene esposa de Gidásio, depois o professor Severino Francisco, conhecido na época como Neguinho e Joao conhecido como Joca preto. Tempos depois, Seu Neguinho foi embora para Rio de Janeiro, e seu Joca Preto saiu, fato que ocasionou o fechamento da escola.

Na década de 1980 a escola volta a funcionar na Casa Grande, oferecendo a modalidade de educação infantil, tendo como professora, a senhora Josélia Conceição da Silva da vizinha Aldeia Camurupim. Em 1983, a senhora Maria do Ramos da Silva, Dona Bau, foi contratada pela Prefeitura Municipal de Rio Tinto (PMRT) para ser a nova professora, também a senhora Terezinha do Nascimento atuou como merendeira - o que já tornava possível vislumbrar um 'corpo de funcionários'. Nesse período tem início a matrícula das crianças de 05 anos de idade na alfabetização e os demais alunos nas 1ª, 2ª e 3ª séries. O ensino da 4ª série, ainda não era oferecido na localidade, assim sendo, as crianças se deslocavam para estudar na Aldeia Tramataia, sendo difícil o acesso, haja vista alguns alunos terem que caminhar por cerca de 3 quilômetros em estrada de chão em um trajeto de ida e volta de casa para escola e escola para casa.

Dito isto, por ter vivenciado esses momentos enquanto aluno, juntamente com Genilza Silva de Lima, Helson Sinésio da Silva, Edvaldo Sinésio da Silva e Geusivã Silva de Lima, parentes e alunos. Com a conclusão do Fundamental I na Aldeia Tramataia, os alunos se deslocavam para cidade de Rio Tinto, para estudar a 5ª série.

¹⁰ Apelido recebido na infância devido a seu rosto redondo.

¹¹ Em 1964, foi aprovado o Plano Nacional de Alfabetização, para alfabetizar os cidadãos de todo o Brasil, seguindo a proposta pedagógica de Paulo Freire. Porém, foi suprimida pelo golpe militar de 64 e substituída MOBRAL.

Em 1990 a professora Maria dos Ramos atuava no Ensino Infantil durante o dia. No turno da noite, os adultos recebiam os ensinamentos de alfabetização do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Nesse período, ainda não havia energia elétrica na localidade e as aulas eram ministradas a luz de candeeiro. A prefeitura da cidade de Rio Tinto fornecia o gás e a merenda, uma alimentação de boa qualidade, e quando sobrava à professora doava para as famílias da comunidade.

A professora Maria dos Ramos da Silva lecionou na casa grande até 1996. De 1994 a 1996, o distrito de Marcação deixa de pertencer ao município de Rio Tinto, sendo a primeira emancipação política do município de Marcação, se tornando cidade. O primeiro prefeito não quis contratar a professora. Com esta situação, Dona Bau não podia ir para cidade de Rio Tinto lecionar, em razão da distância e da falta de transporte. Então, a docente encerra a sua jornada como professora e, definitivamente é fechada a escola da Casa Grande. No entanto, ela deixou um grande legado na história da Aldeia Brejinho e na vida de seus alunos como a professora que alfabetizou muitas crianças e adultos.

O período da década de 90 foi a época em que tive a oportunidade de estudar na Casa Grande com a professora Maria dos Ramos da Silva, de quem guardo boas lembranças das maravilhosas brincadeiras; dos momentos de aula, principalmente de português e matemática; do quanto os alunos aprendiam uns com os outros. Mas também o medo de fazer algo errado e ter que ficar de castigo, momentos únicos, em que juntos com outras crianças tive a oportunidade de brincar e estudar no lugar onde morava pertinho de todos.

Isso era muito significativo de vivenciar, a exemplo, dos momentos da merenda, em que a gente podia se alimentar, tendo em vista que o grupo era formado por crianças muito carentes financeiramente, esse era um dos momentos mais satisfatórios. Lembro muito bem do leite e da papa que eram deliciosos. O que mais me chamava atenção era um tipo de carne enlatada, chamada almôndega. Era bastante gostosa, se fazia mal à nossa saúde por se tratar de um alimento industrializado com bastante conservantes, nessa época não havia um conhecimento mais aprofundado sobre a alimentação correta para as crianças (nem para os adultos) segundo a faixa etária, o importante era ter alimento, era comer. De acordo com o relato de Rosemiro Pereira:

Neste período eu já era adulto e morador da aldeia, e era um dos trabalhadores do dono da casa grande, do senhor Gercino. Nós trabalhávamos durante o dia na lida e a noite a gente estudava a luz de candeeiro. Era algo novo para a gente, pois começávamos a entender a importância da escrita e da leitura, do quanto era bom as aulas, os momentos de juntar as palavras, até chegar o momento de começar a escrever o próprio nome; as amizades e brincadeiras entre nós, trabalhadores. Assim como merenda também era muito importante (Rosemiro Pereira. Informação Oral, A. Brejinho. 08 set. 2022).

De acordo com esse relato é possível compreender a importância da educação da vida das pessoas. A possibilidade de poder aprender a ler e escrever na fase adulta, enquanto trabalhador é algo visto como uma conquista, algo que transforma vidas e possibilita acesso a um mundo novo, com mais oportunidades e dignidade. Esses momentos ficaram eternizados na mente de muitas pessoas da nossa aldeia. No próximo item passo a trazer mais informações sobre esses e outros acontecimentos.

2.6 PERCURSOS E DESAFIOS NA IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA

Depois do fechamento da escola na Casa Grande, foi construída na parte de cima da aldeia uma Oca de palha onde a senhora Aparecida Barreto¹² vendo que Genilza Silva de Lima ministrava aula como voluntária para cinco alunos da Aldeia, convidou-a para ministrar junto com ela aulas de catequese para as crianças da Aldeia Brejinho. Dona Aparecida disse a Genilza se o esposo dela, no caso seu Gilberto Barreto ganhasse para prefeito eles iriam construir uma escola e ofereciam emprego a Genilza e com isso o distrito de Marcação se tornaria uma cidade independente de Rio Tinto. Em 1996, Marcação se tona a cidade com a primeira emancipação política. Gilberto Barreto ganhou as eleições e se tornou o prefeito municipal, conforme o relato adiante:

Sou Genilza Silva de Lima na década dos anos 90 eu era moradora da Aldeia Brejinho na parte de baixo, chamada Boi Choco, nome esse que referente a um antigo engenho que existia nessa localidade, nesse período eu era uma adolescente, que tinha um grau de estudo a mais junto com meu irmão Genilson e aí eu ensinava a 04 crianças voluntariamente e com isso a senhora Aparecida Barreto ficou sabendo pois a mesma era esposa do Senhor Gilberto Barreto que era vereador do distrito de Marcação que nessa época pertencia a cidade de Rio Tinto, pois a mesma conhecia meus pais, então ela mim procurou chamando para ajudá-la a ministrar aulas de catequese na

¹² Esposa de Gilberto Barreto, o primeiro prefeito do Município de Marcação no ano de 1996.

parte de cima da Aldeia, onde tinha mais crianças e aí me fez o convite e eu aceitei, começamos a da aula de baixo do pé de manguá e aí alguns moradores construíram uma oca de palha para podermos ministrar as referidas aulas. Então a senhora Aparecida me dizia que o distrito de Marcação em breve seria desmembrado de Rio tinto e ia se tornar cidade independente, que seu esposo já vereador ia se candidatar a prefeito e se ganhasse as eleições ia construir uma escola na Aldeia, e que eu seria a primeira diretora e professora da referida escola, e assim foi, Marcação se torna cidade e o vereador Gilberto Barreto foi eleito e se torna o primeiro prefeito da cidade de Marcação. Ele constrói na Aldeia Brejinho a referida escola, dedicando o nome do Patrono da Escola de Gercino Gomes dos Santos que era avô do Prefeito Gilberto Barreto e morador da aldeia. Mesmo menor de idade sou chamada para ser a primeira diretora e professora da escola, com isso começando com um prédio construído, e depois o prefeito realiza o primeiro concurso público municipal, pois fiquei de fora por não poder fazer o mesmo, dessa forma tive que sair para outro estado para seguir com os estudos e trabalhando. (Genilza Silva de Lima. Informação Oral, A. Brejinho. 18 jun. 2023).

O trabalho de parceria que Dona Aparecida Barreto fazia junto a Genilza, com as crianças floresceu e deu lugar a construção de uma escola com duas salas de aula, uma cozinha e dois banheiros. O prédio escolar recebeu o nome de Escola Municipal Gercino Gomes dos Santos¹³. Concluída a construção, começa o trabalho de matricular as crianças da aldeia. Genilza Silva de Lima, tornou-se a primeira diretora e professora da escola, enquanto os demais funcionários foram contratados pela Prefeitura Municipal de Marcação. A escola oferecia as modalidades de ensino de alfabetização para crianças nos turnos manhã e tarde, e a noite a Educação de Jovens e Adultos. Nessa época pude ministrar aulas como voluntário, ajudando minha irmã Genilza que além de diretora era professora.

Vários acontecimentos foram importantes nesse período, dentre os quais podem ser destacados que nos primeiros meses não havia cadeiras e nem mesas para as crianças. A solução encontrada foram os próprios pais e alunos levarem os bancos para se sentarem, chamados de tamboretas. Isso demonstrava o quanto as crianças queriam estudar. A energia elétrica já era uma realidade na aldeia e tudo era novidade para as crianças, jovens e os próprios adultos. O processo de implantação escolar na Aldeia foi se desenvolvendo e o ensino era considerado muito bom, agregava aos momentos de brincadeiras, diversões e de lanche, que era significativo na vida das crianças. Tudo isso fazia a alegria das crianças que estavam ali, não

¹³ Era um dos donos da casa grande e avô do prefeito seu Gilberto Barreto.

apenas com o intuito de aprender, mas também se divertir e fortalecer os laços de amizade uns com os outros. Nesses momentos era perceptível o profundo esforço de cada um, que compunha um conjunto em busca de melhores e maiores conquistas pela educação na aldeia.

Já em 1998, o Município de Marcação, lança um edital para o primeiro processo de concurso público para professores da 1ª a 4ª série e a Professora e Diretora Genilza Silva de Lima fica de fora, por ser menor de idade, pois o concurso exigia que os professores fossem maiores de 18 anos, nessa época ela cursava o Ensino Médio na cidade de Rio Tinto à noite e durante o dia exercia as funções administrativa e docente na escola. A situação de ela ter ficado de fora do concurso público, deixou a todos com um sentimento de tristeza. Mas é importante destacar que no período que a sra. Genilza ficou atuando nas duas funções, deixou seu legado e sua contribuição para a história da Aldeia Brejinho, assim como na memória e na vida de todos que faziam parte da escola. Após esse fato, a Genilza teve que sair da aldeia em busca de melhoria para sua vida.

Com a efetivação do concurso público é nomeada uma nova diretora para assumir a escola, a sra. Vera Lúcia Babosa, conhecida como Carminha, moradora da Aldeia Jacaré de César. O trabalho educacional de fortalecer o processo de aprendizado dos alunos que vinha sendo desenvolvido na gestão anterior teve continuidade com a nova gestão da escola. Tem destaque ainda que nesse período todos os professores que atuavam na escola eram da aldeia vizinha, Jacaré de César. A professora Eliete Maria do Ramos da Silva assume a turma do pré-escolar e eu assumi a turma da 4ª série. Uma experiência marcante para ambos, pois conseguimos contribuir no processo de aprendizagem dos alunos.

Já em novembro de 2004 a cidade de Marcação passa por mais um processo eleitoral, o novo prefeito passa a ser o sr. Paulo Sergio Araújo que realiza várias mudanças principalmente no quadro de funcionário contratados. A escola muda de gestão, a diretora passa a ser a sra. Cristiane Padilha, conhecida como Tiane, junto com ela outros professores de outras aldeias também são contratados para fazer parte do quadro institucional. A escola da Aldeia vai crescendo e evoluindo e o número de alunos vai aumentando então se percebe a necessidade de construir mais uma sala de aula e uma diretoria, e assim foi feito, oferecendo mais espaços e condições de trabalho e comodidade para todos, funcionando com as modalidades Educação

Infantil e Ensino Fundamental da 1ª a 4ª série e a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Com o passar do tempo, houve outra mudança na direção escolar pois o trabalho da gestora Cristiane Padilha não agradou a comunidade e, nesse contexto, a comunidade fez uma reunião e resolveu tirá-la do cargo. Fato que fez com que a escola ficasse o ano letivo todo sem gestor escolar.

No ano seguinte em 2005, é nomeada a professora Eliete Maria do Ramos da Silva para ser a nova diretora escolar, contribuindo para uma gestão mais participativa, tendo como meta não apenas focar no processo de aprendizagem, mas também em uma forma prazerosa de ensino e, junto com o professor Genilson dá-se início a novos métodos de ensino. Nesse período todos que faziam parte do quadro educacional tinham um só pensamento: novas formas de ensino e métodos prazerosos para que os alunos se sentissem cada vez mais atraídos a frequentar a escola. Desde as crianças, passando pelos jovens até os adultos, percebia-se que todos estavam em um barco com a mesma direção e sentido.

Os professores Genilson e Eliete se firmam como pioneiros e iniciam a implantação da educação escolar indígena. Uma forma nova de educação com autonomia que valoriza os costumes e as tradições da comunidade levando a mesma a ter vez e voz dentro da escola. Nesse formato de educação escolar indígena, a comunidade tem sua autonomia de participar do processo de ensino e aprendizagem dos alunos. Com a nova direção escolar percebe-se a necessidade de aumentar a referida escola. Além do mais, a nova diretora da escola empenhou-se na construção de mais uma sala de aula, uma grande conquista.

Durante o ano de 2006 o Gestor Municipal não nos dava condições de trabalho, faltava merenda e vários reparos precisavam ser feitos na estrutura do prédio, nessa época a diretora ia até a secretaria de educação municipal cobrar as melhorias e nada acontecia. Tentei intervir junto com a diretora Eliete, nós dois já conhecedores da educação escolar indígena por meio de nossa participação nos movimentos indígenas, além de várias conferências de educação escolar, seminários e assembleias. Nesse momento passamos a organizar várias reuniões juntamente com a comunidade em busca de conscientizar pais, alunos e os demais moradores da aldeia, chamando atenção para o descaso do Gestor Municipal Paulo Sérgio e da secretaria municipal de educação no que diz respeito a nossa escola, além de explicar

o novo modelo de educação escolar, a educação escolar indígena, específica e diferenciada em que a própria comunidade podia ter vez e voz.

Além disso, a escola poderia gerenciar os seus próprios recursos através do conselho escolar escolhido pela própria comunidade. As reuniões iam acontecendo no ano de 2006 com o objetivo de passarmos pelo processo de estadualização, ou seja, sair do governo municipal que já não estava mais atendendo os anseios da própria comunidade, como também já tinha deixado de lado as suas obrigações de zelar pela integridade física do prédio escolar e oferecer merenda digna, materiais de limpeza e contratações de alguns professores.

Essas reuniões realizadas na Aldeia não foram bem-vistas pelo prefeito da cidade de Marcação, que solicitou uma reunião na casa do cacique Edmilson Sinésio da Silva. Nesse período algumas pessoas que diziam nos apoiar, na verdade eram aliados do prefeito e houve barganhas para impossibilitar o processo de estadualização. Em meio à reunião na casa do cacique o prefeito se comprometeu em cuidar da escola e melhorar a estrutura do prédio, além de voltar a fornecer merenda e contratar os professores, pois havia turmas sem professores, sendo preciso realizar rodízios para que os alunos não ficassem sem aulas. A prefeitura não cumpriu com o acordo firmado, sendo necessário pedir doações de alimentos para que os alunos não ficassem sem a merenda escolar. Essa realidade persistiu, até o fim do ano letivo de 2006.

No início do ano de 2007, foram organizadas novas reuniões na aldeia nas quais foram debatidas dentre outras situações urgentes da escola, as falsas promessas do prefeito e sobre a necessidade de estadualização, que nos proporcionaria uma condição melhor de trabalho. A comunidade realizou uma grande reunião solicitando o processo de estadualização da referida escola, ocasião em que foi feito um grande abaixo assinado solicitando que o governo do estado assumisse um compromisso de tomar a tutela da escola sob a sua responsabilidade.

Em abril de 2007, a escola é estadualizada e recebe um novo nome de Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Índio Antônio Sinésio da Silva, em homenagem ao irmão do Cacique Edmilson Sinésio da Silva. O prédio continuou sendo o mesmo, mas mudou a administração passando para esfera estadual. Ainda no mês de abril de 2007, o professor Genilson assume a nova direção escolar e a professora Eliete Maria assume o cargo de secretária. Ambos foram escolhidos pela

comunidade por serem os articuladores de todo o processo de estadualização. O processo de transição de uma esfera para outra levou dois meses, nesse tempo novos professores foram contratados, já o pessoal da direção escolar demorou um ano para ter sua nomeação efetivada.

No entanto nesse período a Escola passou por uma mudança com novas contratações, tanto de professores como também de funcionários para atuar na área de apoio enquanto servente, merendeiras e vigias. Todos os funcionários nesse período já eram da própria Aldeia alguns deles sendo alfabetizados na própria Aldeia. Nesse momento já éramos a segunda Escola Indígena do município de Marcação, e a primeira a passar pelo processo de estadualização, deixando de pertencer a uma esfera municipal, para pertencer a uma esfera estadual. Como éramos já uma instituição educacional de ensino e indígena começamos a trabalhar a educação escolar indígena com objetivo de valorizar e revitalizar a nossa cultura.

A educação escolar indígena e o trabalho que as escolas indígenas estavam realizando um bom trabalho, com a participação da própria comunidade na escola com suas opiniões e contribuições começam a ter mais visibilidade dentro do território indígena Potiguara e com isso outras aldeias começam a utilizar a sua autonomia na composição de reuniões para juntos reivindicarem, também eles a estadualização das suas escolas.

Em 2009, as escolas indígenas começam uma articulação bem mais conectada em busca de melhorias junto ao governo do estado, procuravam assegurar matrículas para seus professores, pois os professores eram prestadores de serviço recebendo seus salários pelo CPF junto ao caixa do banco. Nesse período, enquanto indígenas asseguramos as nossas manifestações passivas fechando a secretaria de educação, para que eles resolvessem tais demandas. Ainda em 2009, o diretor Genilson juntamente com a professora Eliete buscou novas possibilidades para a escola crescer. Houve a implantação da quinta série que depois passou ser chamado sexto ano, o que foi considerado uma grande façanha, uma vez que possibilitou aos alunos permanecerem na aldeia. Eles já não precisavam ir para a cidade estudar, pois a escola já estava começando a oferecer a modalidade do Ensino Fundamental II.

Nesse contexto a aldeia passou a crescer junto com a escola de maneira dialética – cresceu a escola com a aldeia e a aldeia com a escola, também era uma forma dos professores e membros da comunidade enxergarem a oportunidade de

estudarem e buscarem uma boa formação para poderem ter acesso empregabilidade. Em 2010 começamos a implantar o 7º ano do Ensino Fundamental, assim como nos anos subsequentes foi se implantando, 8º e 9º ano. Também vários programas, como o Mais Educação. O Programa era coordenado pela Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC), em parceria com as Secretarias do governo do estado ou com as Secretarias Municipais, para fortalecer o aprendizado dos alunos oferecendo oficinas que eram escolhidas pela própria escola, que tinham como objetivo trabalhar os primeiros saberes da infância, liga pela paz, semana ambiental, jogos indígenas, semana cultural, projeto de reciclagem, entre outros. Até chegar à possibilidade de implantar a 1ª série do Ensino Médio.

Em 2010, o Diretor Genilson junto a Secretaria de Educação do Estado vê a possibilidade de trazer uma Escola nova com porte de Ensino Médio, o que custou um grande esforço do diretor, tanto em defender a educação escolar indígena, quanto em mostrar a necessidade de se ter uma escola de tamanha grandeza. Tal façanha obtém êxito e tem início em janeiro do ano seguinte, em 2011, a construção de uma nova escola, com uma estrutura bem alicerçada e dependências mais amplas. A construção da escola depois de muita luta, até com o próprio gestor municipal, que inicialmente pleiteou levar a escola para a cidade-sede do município, mas o diretor Genilson soube e usou a sua articulação e trabalho para que a escola fosse construída em sua aldeia, da forma como foi solicitada no projeto original.

O diretor fez uma reunião com a comunidade para avisar que a Aldeia Brejinho iria ter uma escola nova de porte de Ensino Médio e que seria a maior escola indígena construída numa aldeia indígena no território Potiguar na Paraíba. Muitos diziam: ele não irá conseguir trazer uma escola desse porte. No entanto, a escola foi construída, melhorando assim a educação da Aldeia Brejinho, passando a ser escola indígena de referência no território Potiguar.

No mês de agosto do ano de 2015, após 09 anos à frente da escola o professor Genilson Silva de Lima realiza uma grande reunião informando a todos que estaria entregando o cargo de diretor escolar. Isso deixou todos os presentes muito comovidos, muito se emocionaram e pediram para que ele não saísse. O diretor justificou que iria sair para assumir o cargo de secretário municipal no município, mas continuaria atuando como professor. Em 01 de outubro de 2015, encerra o cargo como diretor escolar. Esses acontecimentos foram descritos por alguns moradores:

Sou Jailson Florêncio dos Santos conhecido como Bu, morador da Aldeia Brejinho e pai de alunos da escola. Quando na reunião o diretor Genilson relatou que tinha que sair da direção pois iria assumir outro trabalho na cidade de Macacão como secretário, nesse momento todos que estávamos ali sentimos uma grande comoção, foi algo que mexeu com todos e era um clamor de choro todos crianças jovens e adultos funcionários com cartazes pedindo para ele não fazer isso que não saísse da escola, foi algo muito comovente, pois sempre vi os pais e os alunos falarem muito bem de Genilson. Era um diretor que se envolvia com todos, participava de todas as brincadeiras da escola, tratava todos bem era alguém que estimulava as pessoas a estudarem e incentivava os professores a seguir em busca do seu ensino superior, cativava todos com seu modo de agir e pensar e de respeitar todos. Mais o que deixou todos um pouco mais tranquilo foi quando ele disse que iria sair de diretor mais ficaria como professor. (Jailson Florêncio dos Santos. Informação Oral, A. Brejinho. jun. 2023).

O diretor Genilson fez uma reunião e todos nós já sabíamos que ele ia anunciar sua saída, todos nos choramos porque Genilson fazia um trabalho espetacular era envolvente com todos era carismático dedicado e tinha um coração enorme onde entedia a situação de todos. Lembro que fizeram cartazes todos emocionados pedindo para ele não sair. (Antônio Cardoso de Lima filho. Informação Oral, A. Brejinho. jun. 2023).

Após a sua saída, a gestão escolar foi assumida pela professora Maria da Guia Silva de Lima. O prédio novo da escola foi inaugurado em dezembro de 2015, ofertando, desde a educação infantil até o ensino médio, como também a educação de jovens e adultos (EJA). No ano seguinte, a professora Maria da Guia pede exoneração do seu cargo, e volta a ser professora, mas deixou sua contribuição na gestão escolar. Passa assumir a direção o professor Josemar Cirilo. Passando um ano na direção escolar o diretor Josemar deixa o cargo e então o professor Genilson volta ao cargo de gestor ao se lançar candidato e assume a gestão escolar até o ano de 2018. Em seguida o professor Genilson apoia a professora Eliete Maria Ramos, para ser candidata ao cargo de diretora escolar. A professora Eliete vence a eleição com uma expressiva votação.

Em 2019, então a professora Eliete Maria assume o cargo da direção escolar, nesse período a referida escola estava precisando de melhor organização e harmonia, em vários aspectos como educacional e cultural. Então ela começa a revitalizar as questões culturais da educação escolar indígena. A Escola volta a crescer e ser novamente a referência em vários aspectos, pois o trabalho que a nova diretora estava realizando e também pelo trabalho que o professor Genilson fez antes no momento que foi diretor, segundo o pessoal da Secretaria de Educação Estadual e da Gerência Regional de Ensino a escola seria contemplada para ser tornar a primeira Escola Integral do Brasil, a ECI (ver Figuras 9, 10 e 11), proposta foi apresentada e discutida

por todos os professores e funcionários da Escola junto ao Cacique da Aldeia. Juntos a comunidade escolar fez as exigências cabíveis e exequíveis, solicitando que houvesse um olhar diferenciado para a escola. Com isso foram firmados alguns acordos para a implantação desse novo modelo educacional.

Figura 9 - Fachada principal da Escola Cidadã Integral Indígena Antônio Sinésio da Silva



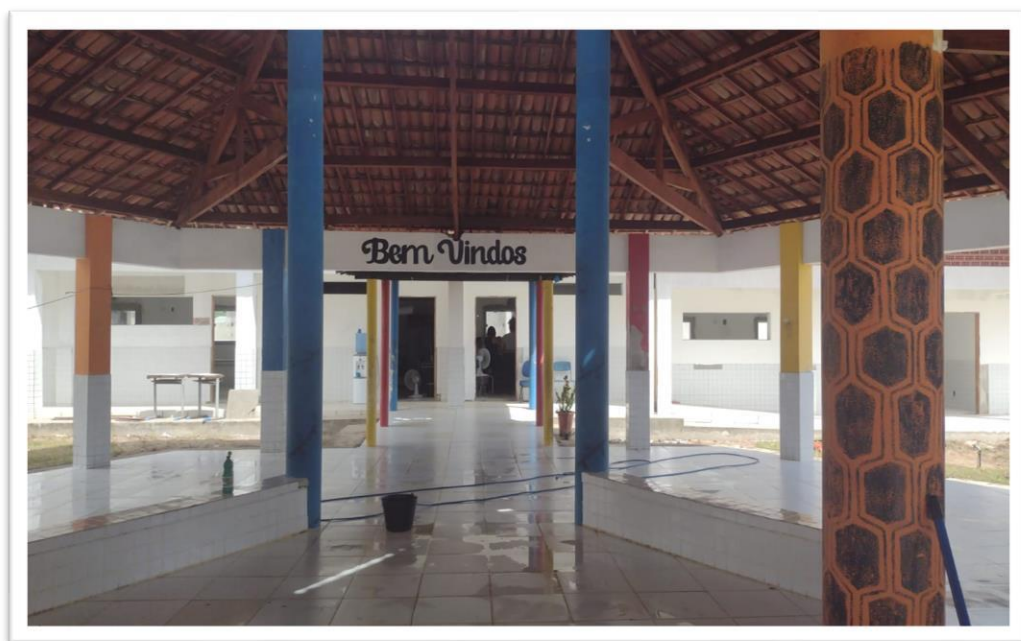
Fonte: Arquivo pessoal (Lima, 2018)

Figura 10 - Vista lateral da Escola Cidadã Integral Indígena Antônio Sinésio da Silva



Fonte: Arquivo pessoal (Lima, 2018)

Figura 11 - Vista do pátio da Escola Cidadã Integral Indígena Antônio Sinésio da Silva



Fonte: Arquivo pessoal (Lima, 2018)

Neste capítulo apresentei um conjunto de discussões acerca de conceitos e entendimentos teóricos, para refletir sobre o povo Potiguara e a Educação Escolar Indígena, com intenção de buscar dar conta das complexidades que incluem ações e relações desenvolvidas pelos indígenas em suas práticas pedagógicas.

3 *IBYCARAYBA* E A INTERFACE ENTRE EDUCAÇÃO E RELIGIOSIDADE

Este capítulo versa sobre as práticas do Terreiro Sagrado *Ibycarayba* e a Educação Escolar Indígena na Aldeia Brejinho. Trata-se do cotidiano e da realidade desse lugar sagrado onde se constroem identidades, principalmente centradas nos momentos de religiosidade, pois é nesse contexto que se constroem referências experienciais de ligação entre o sagrado, espiritualidade e a ancestralidade.

3.1 *IBYCARAIBA*: O TERREIRO SAGRADO

Em agosto de 2005, os professores Genilson e Helson Sinésio, são indicados nas reuniões da comunidade para participar do primeiro curso de magistério indígena realizado no território indígena Potiguara na Aldeia São Francisco na cidade de Baía da Traição. O curso ofertou uma modalidade com aulas práticas por meio das aulas de campo nas furnas¹⁴ e no terreiro da aldeia São Francisco nas aulas de Biologia, ministradas pela professora Tânia Maria, que tinha como objetivo nos levar a lugares que nossos antepassados frequentavam.

Nesse contexto, conforme o curso foi se desenvolvendo, senti no meu coração um chamado dos meus ancestrais, para criar um Terreiro na minha Aldeia Brejinho para realizar um trabalho de conscientização da espiritualidade indígena Potiguara. O professor Helson Sinésio da Silva também recebeu esse chamado. O Terreiro Sagrado chamado *Ibicarayba*¹⁶ foi criado em uma mata plana presente na aldeia conforme foi orientado pelos nossos antepassados.

O grande motivo da construção do terreiro foi a necessidade de preservação cultural e ambiental que já trabalhávamos na escola. Para que fosse possível realizar essa importante ação, inicialmente conversamos com Pedro Grisol, vigia da Escola a fim de obter apoio para construção do terreiro sagrado, em seguida levamos o projeto

¹⁴ Cavidade de grandes dimensões, geralmente natural, no interior de um rochedo ou da terra. ¹⁶ De origem tupi significa terreiro sagrado.

para o Cacique da Aldeia que foi favorável. Decidimos levar a proposta para todos os professores e funcionários da escola e para comunidade. Isso resultou numa reunião na qual todos ficaram ansiosos para que esse momento acontecesse, ocasião em que falamos o quanto era importante o trabalho coletivo.

No mesmo mês, agosto de 2005, iniciamos a construção do terreiro, para isso ficou estabelecido que nas sextas-feiras, seria o dia da contribuição dos funcionários da escola e alunos. Se cozinhava na própria mata, ao ar livre; e no domingo era o dia da comunidade dar sua contribuição. Esse trabalho coletivo era realizado todas as semanas, durante seis meses. O nosso Terreiro Sagrado está localizado em uma mata de terra plana com aproximadamente 06 hectares.

No dia 14 de janeiro de 2016 foi realizada inauguração do Terreiro *Ybycaraiba*. O professor de tupi Pedro Eduardo Pereira foi quem deu o nome ao Terreiro, nesse evento, teve a presença maciça dos indígenas da Aldeia São Francisco e de outras aldeias vizinhas do território Potiguara. Também estiveram presentes na inauguração o chefe da Fundação Nacional do Índio (Funai) da época, Petrônio Machado, a chefe da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) da época, Doroteia e alguns professores da UFPB que realizavam pesquisas na região.

Esse momento se configura como uma data marcante na história da Aldeia Brejinho e do território indígena Potiguara, pois se trata de um lugar sagrado em que nos conectamos com a nossa ancestralidade, com a mãe natureza, com a mata e a mãe terra (Santana Neto, 2022). *Ybycaraiba*, nome que significa na língua tupi, *yby* = terreiro e *caraíba* = de terra. Na programação do evento de inauguração, aconteceu um ritual religioso com uma missa e um Toré, a celebração do noivado do professor Genilson Lima, com a professora Eliete Maria, filha do Cacique da Aldeia Edmilson Sinésio da Silva. O encerramento culminou com um grande ritual do Toré. Desde então o terreiro é usado para os momentos culturais realizados pela comunidade escolar e serve como recurso pedagógico, onde são realizadas aulas de campo conscientizando os alunos a viverem essa prática cultural e principalmente espiritual, respeitando e preservando a mãe terra e a mãe natureza (Mendonça; Nascimento; Barcellos, 2020). Isso está presente numa linha do toré que diz que a terra [mata] “[...] é santa, a mata é mãe, mata é do índio, a mata é de Deus”, como afirma a poesia de Neguinho citado por Marques, Simas e Palhano Silva (2019).

A espiritualidade Potiguara se manifesta de várias maneiras, seja através do contato com a natureza, com os rios, com o mar e com o mangue (Costa, 2022). Para Boff (2001, p. 16), "[...] a espiritualidade é aquilo que produz no ser humano uma mudança interior", no caso da espiritualidade indígena - revitaliza, renova suas energias de proteção e purificação dos seus corpos por meio da ligação com a mãe natureza, com os ancestrais e com o deus Tupã (Barcellos; Soler, 2012).

Na busca por se conectar com essa espiritualidade, a escola é o lugar de excelência para o aprendizado do sagrado indígena, assim, na educação escolar indígena esses lugares sagrados, sevem como um meio de conhecimento aprendizado em que levamos os alunos a entrarem em contato com a natureza e com a mãe terra, através dos rituais e com isso passam a conhecer melhor e consequentemente valorizar o sagrado (Felix, 2018). Compondo a formação dos alunos, a escola oferece projetos como aprender brincando e a semana ambiental, semana cultural, jogos indígenas, que utiliza o Terreiro *Ybycaraiba*.

A escola tem uma programação com dois grandes momentos no Terreiro. O primeiro, no mês de abril, encerrando o mês dos povos indígenas, com grandes apresentações culturais promovidos pelos alunos e professores. O segundo momento, se dá no encerramento do ano letivo, com várias apresentações culturais e as formaturas dos alunos indígenas. Dessa forma procura-se manter esse lugar preservado para que sirva como um local de extrema comunhão com a espiritualidade indígena Potiguara, tanto para nossa geração presente, quanto para as gerações futuras.

As relações que permeiam o Terreiro Sagrado na Aldeia Brejinho e suas interfaces com a cultura Potiguara, bem como com as práticas educacionais da escola, oportunizam a prática dos conhecimentos tradicionais e religiosos fortalecendo os saberes Potiguara (Coqueijo, 2020) e isso se fundamenta no fato de que existe uma grande participação da comunidade da Aldeia Brejinho na organização do terreiro, como já descrito. E é nesse entendimento que se pode afirmar, sem sombras de dúvidas, que a educação escolar indígena busca seguir o que é previsto no Referencial Curricular Nacional para as escolas indígenas, ao recomendar que as atividades didáticas lidem com a realidade de cada comunidade indígena. O terreiro sagrado, portanto, funciona como um desses ambientes nos quais as formas específicas de ensinar a cultura Potiguara podem ocorrer de forma diferenciada.

3.2 AS PRÁTICAS EDUCATIVAS, PERCEPÇÕES DA COMUNIDADE ESCOLAR E DA ALDEIA BREJINHO

Para entender a importância do Terreiro Sagrado na educação escolar, realizamos como instrumento de pesquisa questionários.

3.2.1 As práticas educativas do Ibycarayba

Os povos originários, chamados de povos indígenas detêm um amplo conhecimento histórico a respeito dos mais diversos saberes relacionados aos seus rituais, seus costumes e tradições em defesa de seus ideais identitários, enquanto protagonistas de sua história, possibilitando assim, o fortalecimento étnico de sua origem. De acordo com Mendonça (2022) os “troncos velhos” são os encarregados de conduzir a sociedade indígena numa pedagogia constante que tem por base a existência fundamentando a dinâmica de viver, segundo os valores da cultura Potiguara.

Para Barcellos (2014, p. 25), “[...] o povo Potiguara é detentor de uma sabedoria alicerçada na educação de toda ancestralidade das aldeias” e a aldeia é o centro da vida dos indígenas Potiguara que desde a infância aprendem seus costumes e ritos e valorizam o sagrado e sua cultura. É na aldeia que se dão as relações de aprendizagem e de convivência, a partilha e a coletividade contínua para ser possível a reprodução das nossas tradições culturais. Acerca disso, pode-se dizer que:

Para algumas tradições religiosas, a natureza e sua espacialidade não se apresentam de maneira desordenada ou indiferenciada. Entre tais tradições estão aquelas para as quais o universo, a terra e tudo o que nela contém resultam da obra criadora de deus, deuses, de entidades que, ao criarem, ordenaram os fenômenos naturais, tal maneira que esses participam como receptáculos de suas forças sobrenaturais. [...] Para muitas pessoas que participam dessa compreensão do mundo, a presença de tais forças é perceptível porque manifesta-se de várias maneiras. Pode ser por meio de uma sensação física de bem-estar, de restauração de energias perdidas, da visão, no local, de uma sinalização de caráter sobrenatural, de um sonho, uma espécie de arrepio que percorre todo o corpo, uma sensação íntima de estar em contato com outros planos da existência. Quando alguns desses fenômenos acontecem, as pessoas vão formando a convicção de estarem na presença de algo maior que elas, que as ultrapassa, engloba, contém e atua

poderosamente em suas vidas. Por sua grandeza e poder esse algo que se manifesta é considerado sagrado (Vilhena, 2005, p. 107).

As tradições entre os Potiguara são repassadas por uma quantidade de fluxos culturais (Barth, 2000), como o catolicismo, as religiões de matriz africana e a própria cultura local. Essas correntes de tradição são, a cada momento, sendo repensadas e reelaboradas a partir das experiências dos indivíduos e da sua cosmovisão. O que deve ser entendido é que essas tradições não são estanques e se encontram em constantes transformações a partir de eventos materiais, esses fluxos são canalizados por meio das necessidades das pessoas.

De acordo com Costa (2022, p. 19), “Em decorrência do processo de catequização ao qual foram submetidos, e de outros fluxos culturais do passado e do presente, os Potiguara convivem com uma religiosidade múltipla”. A espiritualidade Potiguara se manifesta de vários elementos através do contato com a natureza, com os mitos, com o mar, com os rios, com as matas e com o mangue. O Terreiro Sagrado mostrado nas Figuras 13 e 14, mais adiante, é um lugar que proporciona momentos de vivências de se conectar com o sagrado e com a espiritualidade Potiguara.

3.2.2 Percepção dos alunos do Fundamental II (anos finais)

Os questionários foram realizados com cinco alunos do Fundamental II. A escolha dos estudantes se deu devido a maior participação durante as aulas. Os questionários foram respondidos em sala de aula, os estudantes apresentaram respostas bastante relevantes. Ressaltaram que é importante para a família e para eles o ambiente do terreiro, que ao visitá-lo sentem uma energia muito forte, como se estivessem interligados com uma força superior; para eles essa força vem dos antepassados que estavam ali presentes naquele lugar. Falaram de sentir uma sensação muito boa, de liberdade, alegria e paz. “A sensação de estar no terreiro sagrado é que estamos livres e praticando o que amamos que é o toré que faz parte da nossa cultura, então é uma sensação muito boa” (Isac Gomes. Informação Oral, A. Brejinho, abr., 2022). Segundo Maycon Júnior Gomes (Informação Oral, A. Brejinho, abr., 2022), “A sensação de estar no Terreiro Sagrado é de paz e tranquilidade, esse ambiente é muito importante para nossa cultura.”.

Com relação à importância do Terreiro Sagrado, os alunos responderam que gostavam por motivos diversos, tais como: por ser uma área verde, por ouvir o canto dos pássaros, respirar ar puro, admirar a natureza, dançar o toré, e por trazer uma boa energia e uma alegria. De acordo com o relato da aluna do nono ano Jamile Eliete Pereira:

Vejo o terreiro sagrado como um lugar de resgate da nossa cultura e fortalecimento da nossa religiosidade. Esse local simboliza a nossa ancestralidade, nos momentos em que dançamos o toré e enquanto um lugar onde podemos realizar nossas atividades educacionais. É também um local de comemorações e celebrações em que nos reunimos nas formaturas e para ver as apresentações dos alunos (Jamilé Eliete Pereira. Informação Oral, A. Brejinho, abr., 2022).

Portanto, é um lugar utilizado para diversos fins, dentre os quais as práticas de espiritualidade indígena e tradições culturais, o que confirma sua importância para a comunidade, principalmente para as práticas educacionais e espirituais. Esse relevante valor se justifica pelo cuidado e respeito com que os indígenas da Aldeia Brejinho se referem a essa espacialidade.

Quando perguntado como educação escolar pode contribuir com a cultura indígena, os alunos afirmaram que a educação indígena valoriza as raízes e o sagrado, deixam claro que dá condições de identificação com a identidade, história, costumes e tradições; dá o fortalecimento dessa identidade. “A educação escolar indígena pode contribuir de várias formas, principalmente nas aulas práticas, mostrando e valorizando a cultura e fortalecendo a língua, assim se aprende bem mais” (Joelison Menezes Sinésio. Informação Oral, A. Brejinho, abr., 2022). Acerca da preservação do terreiro sagrado, todos os alunos responderam que é de suma importância a preservação desse lugar, que proporciona as expressões culturais do povo Potiguara, por isso a comunidade precisa está engajada no cuidado e preservação do terreiro.

A última pergunta foi a respeito do significado identidade indígena. As respostas foram as seguintes: praticar a cultura é bom ser indígena é um privilégio, um orgulho. Falaram da importância de lutar pelos direitos e cuidar da aldeia. Ser indígena é pescar no manguezal, é cuidar do roçado e dançar o toré. Ser indígena Potiguara não é só usar as vestes. E em relação a divulgar a cultura eles responderam que para divulgar a cultura potiguara, primeiramente é preciso se identificar como indígena, sem ter

vergonha de mostrar para a sociedade o seu valor cultural, seus costumes e tradições. “Ser indígena é lutar por nossos direitos, ser guerreiro, divulgando nossas tradições da melhor forma e por onde a gente for.” (Raquel do Nascimento Silva. Informação Oral, A. Brejinho, abr., 2022). Segundo Emanuel Ramos de Lima, (Informação Oral, A. Brejinho, abr., 2022), “Ser indígena não é só usar saia e cocar, é lutar pela nossa comunidade e ajudar divulgando nas redes sociais”.

Analizando as repostas dos alunos do Ensino Fundamental II, considera-se que os alunos possuem uma relação cultural e ambiental com o Terreiro sagrado embora ele esteja localizado em um resquício de mata e visivelmente possua um valor ambiental e cultural para os alunos em questão. Sobre a educação indígena percebe-se que eles valorizam suas raízes. Esse fato da relação cultural pode ser observado também quando questionados sobre o que é ser indígena, ao passo que a resposta expressa o orgulho e satisfação deles em pertencer ao povo Potiguara da Paraíba.

3.2.3 Percepção dos estudantes do Ensino Médio

No Ensino Médio optamos por escolher também cinco estudantes. A escolha desde estudantes foi motivada pelo maior envolvimento nas aulas e em razão da disponibilidade de cada um deles, foram utilizadas as mesmas perguntas, para que houvesse uma equivalência. A primeira pergunta com relação às sensações em visitar o terreiro sagrado. Todos responderam que conhecem o local e que ele é importante para expressar a cultura e em termos de conhecimentos nas aulas de campo. Já em relação à sensação eles destacam o bem-estar, a paz a tranquilidade que esse lugar traz. “A sensação é maravilhosa, a gente sente o contato com a natureza e isso transmite um sentimento muito bom de paz e ancestralidade.” (Itawênio Gomes dos Santos Informação Oral, A. Brejinho, abr., 2022).

Na segunda questão: Qual a importância do terreiro sagrado? Semelhante à resposta do Fundamental II, os alunos do Ensino Médio afirmaram que gostavam por motivos diversos, por se sentirem bem em observar as árvores, em está com os pés no chão sentindo a energia da mãe terra. “O nosso terreiro sagrado é um espaço de muita importância, lá nos realizamos o ritual do toré e nos conectamos com nossa ancestralidade.” (Lenilson da Silva Sousa. Informação Oral, A. Brejinho, abr., 2022).

A terceira questão: Como a educação escolar pode contribuir com a cultura da educação indígena? Eles destacaram que a educação pode ser transformadora na vida deles e que a cultura deve ser respeitada e valorizada em comunhão e respeito com as tradições e costume de seu povo. “Pode contribuir para uma maior aprendizagem e vivência da nossa cultura e valorização da nossa identidade indígena” (Júlia Alexandra. Informação Oral, A. Brejinho, abr., 2022).

Na quarta questão, sobre o ponto de vista deles se o terreiro é um lugar que tem quer ser preservado pela comunidade. Eles responderam que é importante ter participação da comunidade preservando o local e a cultura, pela beleza do lugar, com a mata existente e um dos alunos afirmou: “na minha concepção o terreiro sagrado deveria ser visto como um espaço de aprendizagem, que deveria ser bem tratado”. O aluno do terceiro ano médio, Gutemberg Silva de Lima,

O terreiro sagrado é um lugar onde nós Potiguara vivenciamos nossas tradições e por essa razão é preciso preservar e garantir para as gerações futuras, pois nesse local podemos aprender muito sobre nosso povo, é um grande privilégio para nós (Gutemberg Silva de Lima Informação Oral, A. Brejinho. abr., 2022).

Dentre as falas apresentadas aqui, podem ser vistas as respostas dos alunos que enxergam de maneira positiva a criação e disposição do Terreiro Sagrado. Ou seja, são jovens que, regra geral defendem a valorização e o cuidado desse lugar, se preocupam também com a reprodução dos conhecimentos e tradições para as futuras gerações.

Sobre a quinta questão, para você o que é ser indígena o que você pode fazer para divulgar a cultura Potiguara? Eles responderam da seguinte maneira: Através do fortalecimento da cultura, preservação da natureza. Ser indígena é motivo de orgulho e um deles respondeu que ser indígena potiguara é fortalecer parentes. E preciso cuidar das nossas matas, dos nossos alimentos, e das nossas águas. Nas palavras da aluna do segundo ano médio, Mirelly Avelar da Silva:

Ser indígena é valorizar seus costumes e tradições, é cuidar do território e buscar melhorias para a aldeia. Hoje nos divulgamos nossa cultura através das redes sociais e dos eventos que participamos. Todos podem conhecer nosso modo de viver. (Mirelly Avelar da Silva. Informação Oral, A. Brejinho. abr., 2022).

Diante das repostas apresentadas pelos alunos, foi possível perceber que se assemelham as repostas do Ensino Fundamental II evidenciando-se a ligação dos alunos com o terreiro sagrado através das práticas conduzidas pelos professores da educação escolar indígena.

3.2.4 Percepção dos Professores

Para análise da percepção dos professores em relação ao Terreiro, foram escolhidos como amostra dez professores, o que pode ser compreendido como uma amostra sensível e relevante uma boa quantidade. Os professores foram muito solícitos em contribuir com a pesquisa e responderam os questionários em momentos de reuniões e durante o intervalo das aulas. As perguntas foram elaboradas de forma a apresentar os usos e significados desse espaço sagrado.

A primeira pergunta foi a seguinte: Como você vê e qual sua relação com o terreiro Sagrado da Aldeia Brejinho? Alguns veem o terreiro Sagrado como um elemento de resgate da cultura indígena Potiguara, um ambiente no qual é possível incentivar a cultura religiosa e a arte, como a música e a dança, conforme narrado. “Vejo um local de tamanha importância, um espaço espiritual de conexão com a natureza e nossos ancestrais” (José Paixão da Silva. Informação Oral, A. Brejinho, abr., 2022). Na visão de Geane Lima do Amaral (Informação Oral, A. Brejinho, abr., 2022):

O terreiro sagrado é um espaço de unificação do meu povo, em que a espiritualidade está presente de forma conjunta, sem discriminação de crença. Minha relação com o terreiro é maravilhosa, me sinto em paz, renova minha ancestralidade e me faz acreditar na união e fortalecimento do meu povo.

Nesses termos, o local é considerado um símbolo espiritual de memórias dos antepassados. Outros falaram que veem o terreiro como um lugar sagrado voltado para a espiritualidade e para reflexão, além da relação sagrado e a natureza. De acordo com o professor Natan Galdino da Silva (Informação Oral, A. Brejinho, abr. 2022) que atua no Ensino Médio:

O terreiro sagrado é um lugar coletivo que a comunidade juntamente com a escola utiliza para colação de grau, reunião dentre outras atividades. Por se tratar de um lugar aberto podemos realizar diversas aulas de campo. Portanto é um lugar riquíssimo para práticas pedagógicas. Todo estudante tem acesso livre ao terreiro em que pode desenvolver trabalhos escolares.

Segundo Venício Nascimento Marques (Informação Oral, A. Brejinho, abr., 2022):

O valor cultural, ambiental e espiritual do terreiro é imensurável, por essa razão é um local sagrado em que realizamos o ritual do toré. Nossa cultura está viva e é nosso dever preservar nossos costumes e fortalecer a nossa espiritualidade no ambiente escolar

Através desses relatos, evidencia-se como o terreiro sagrado é um local de suma importância para a escola da aldeia, além do mais, os professores e alunos podem acessar para diversas atividades pedagógicas (Santana Neto, 2022).

A segunda pergunta foi com relação à importância do terreiro para a comunidade. Responderam que é um lugar em que a aldeia juntamente com a escola e o povo potiguara utilizam para colação de grau (chamadas as formaturas indígenas), além das reuniões dentre outras importantes atividades realizadas ali. Em uma das respostas se diz: “[...] vejo como um lugar que a Aldeia Brejinho e o povo potiguara devem manter preservado e protegido.” (Maria da Conceição Galdino. Informação Oral, A. Brejinho, abr., 2022).

Outros informaram que fazem uso do lugar para comemorações, festividades escolares, rituais toré e eventos culturais do nosso calendário. A comunidade como um todo tem o terreiro sagrado como um local que simboliza seus conhecimentos e origens culturais e que devem ser repassados para as futuras gerações. Conforme o relato do professor Marcos Vinicius Maciel (Informação Oral, A. Brejinho, abr., 2022), que atua no Ensino Fundamental e no Ensino Médio:

Na prática de ensino utilizo as plantas e árvores que existem no terreiro sagrado para o ensino de botânica, mostrando cada planta e sua utilização. Além de buscar entender a biodiversidade o estudo do solo, e as transformações sofridas ao longo do tempo.

Através desse relato podemos identificar que os professores buscam atrelar o conteúdo das suas disciplinas nos estudos práticos no Terreiro Sagrado, algo que é muito valorizado pela comunidade e pelos alunos, são aulas muito ricas e dinâmicas.

A terceira pergunta foi sobre as formas de utilização do terreiro sagrado pelos professores. Todos os estudantes têm acesso livre ao terreiro onde podem desenvolver trabalhos escolares, danças, músicas e artes em geral. Outros mencionaram que é um lugar de palestra, sobre a natureza, sobre a espiritualidade, além de práticas de danças e cânticos:

O terreiro sagrado é utilizado para trabalhar a importância da fauna e da flora contidas no espaço, além de temas voltados a espiritualidade, a agricultura, produção de artefatos, bem como aproveitar o local para apreciação da natureza. (Ana Beatriz Nascimento dos Santos. Informação Oral, A. Brejinho, abr., 2022).

A quarta pergunta foi se o terreiro sagrado pode ser considerado um símbolo da identidade indígena Potiguara. Todos responderam que sim, por ser um local construído exclusivamente para resgate e afirmação da cultura indígena potiguara, onde podemos expressar de forma ampla toda expressão da cultura potiguara, como dia José Paixão da Silva: “O terreiro sagrado é um espaço em que podemos expor todas as nossas tradições culturais indígenas e toda nossa história” (Informação Oral, A. Brejinho, abr., 2022).

A quinta e última pergunta foi sobre o valor cultural e ambiental do terreiro. De acordo com as respostas, o terreiro é um símbolo que representa a máxima expressão dos Potiguara.

O valor cultural, ambiental e espiritual do terreiro é muito grande, pois há uma diversidade de conhecimentos, em que podemos aprender sobre nossa história e nossa cultura, é um local sagrado que precisa cada vez mais ser preservado pelo nosso povo. (Venício Nascimento Marques. Informação Oral, A. Brejinho, abr., 2022).

Outros afirmaram que na realidade esses valores se voltam às práticas e costumes das tradições e da cultura do povo Potiguara da Paraíba.

3.2.5 Percepção da Comunidade

Sobre a percepção dos moradores da Aldeia Brejinho, foram escolhidos 05 indígenas moradores como amostra da comunidade, tendo como instrumento de pesquisa a entrevista semiestruturada uma vez que alguns dos entrevistados eram analfabetos e idosos. Inicialmente perguntou-se sobre o que eles fazem no Terreiro sagrado. “É um espaço em que cuido da minha espiritualidade e entro em contato com a natureza. Minha relação com o terreiro se dá através da cultura.” (Josemar Informação Oral, A. Brejinho. mar. 2022). Para Maria da Conceição Galdino (Informação Oral, A. Brejinho. mar. 2022), “Esse é um ambiente reservado da nossa aldeia onde nos reunimos para fortalecer nossa cultura.”.

Todos responderam que já foram ao Terreiro sagrado, e afirmaram que vão dançar o Toré e olhar os filhos dançarem, como é possível ver, logo abaixo (figura 12).

Figura 12 - Família indígena nas atividades culturais do Terreiro Sagrado



Fonte: Arquivo pessoal (Lima, 2018)

Como era o lugar do terreiro antigamente? Eles responderam era um lugar lindo, com árvores grandes que fechavam a mata, e tinha animais, além de relatar que atualmente apesar de possuir uma beleza elevada, a realidade é que ao redor do

terreiro houve desmatamento para cultivo da cana de açúcar. Conforme o relato do senhor Antônio Cardoso de Lima (64 anos), da Aldeia Brejinho, em março de 2022:

Além de ser um espaço lindo e verde tinha uma mata fechada, com vários animais, mas nos arredores já havia sido desmatado para o plantio de roçados de milho, feijão, macaxeira e depois vieram as canas de açúcar que se instalaram rapidamente na aldeia e foi tomando conta. Se não fosse essa iniciativa de criar o terreio sagrado, aquela mata já teria se acabado.

Diante dos relatos orais é possível afirmar que o entorno do Terreiro sagrado passou por um processo de descaracterização gerado pelo interesse econômico de determinados grupos locais em relação ao cultivo de cana de açúcar. Barcellos e Nascimento (2009), afirmam que os Potiguara são detentores de uma sabedoria alicerçada na ancestralidade tudo na vida indígena está fortemente interligado a um processo sucessivo e dinâmico de convivência, de partilha e de aprendizagens contínuas para perpetuar e preservar seu território e a sua tradição cultural e religiosa. Esse aprendizado de respeito e valorização cultural e ambiental é socializado em casa e na escola, e o terreiro enquanto espaço sagrado proporciona o contato direto com a Mãe Terra e Mãe Natureza. De acordo com Ailton Krenak (2020) a Terra é uma materialidade da vida. Nosso corpo, assim como o de uma formiga ou de uma borboleta, é a materialidade da vida, precisamos saber conviver com a Mãe Terra, dedicando-lhe respeito, amor e profundo zelo.

Sobre a importância do terreiro para si e para a comunidade? As seguintes respostas foram obtidas: eles afirmaram que é importante, pois podem manifestar a cultura e explorar ervas medicinais, além de ser um lugar importante e de valor que o povo Potiguara possui, e por ser um lugar sagrado. “Esse espaço pode ser usado enquanto um local de reunião e encontro com outros parentes, como também para conhecer a diversidade de plantas e fauna” (José Ferreira Padilha. Informação Oral, A. Brejinho, mar., 2022). Quando perguntado sobre o que eles achavam da escola está usando os o terreiro para atividades de aula, eles disseram que achavam ótimo e ressaltaram que é importante para que as novas gerações não abandonem a cultura. Como fica claro no relato da senhora Maria da Guia Sinésio da Silva (Informação Oral, A. Brejinho, mar., 2022), de 48 anos:

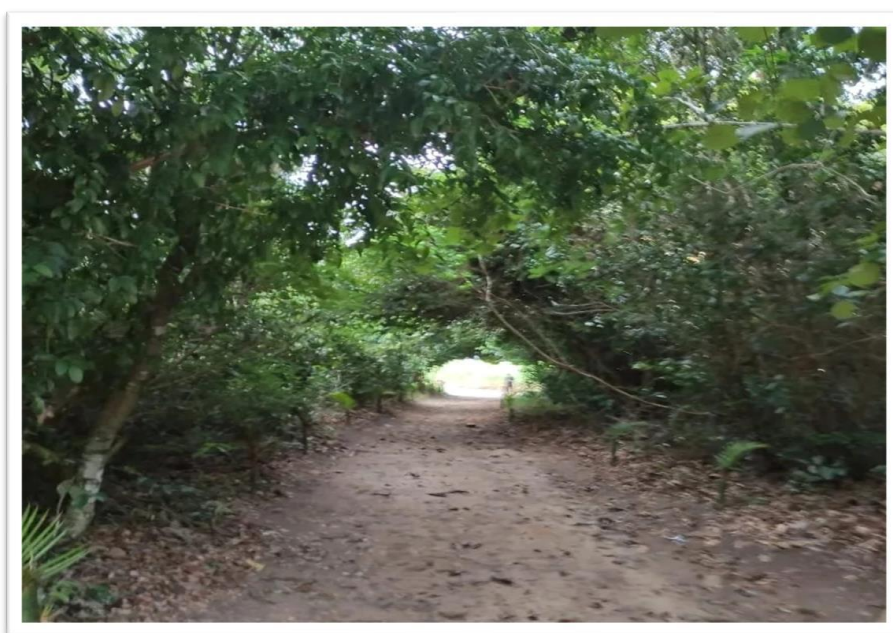
A realização das atividades escolares no terreiro é muito importante, só assim os alunos vão aprender o valor de preservar a natureza, a nossa mãe terra,

e realizar nossos rituais que são sagrados, mantendo nossos costumes, aquilo que acreditamos e que precisamos cuidar para não se acabar-

Por fim, foi perguntado o que eles achavam de a escola encerrar o ano letivo no terreiro sagrado. Eles responderam que é algo bom para o resgate da cultura. Outro morador mencionou que os encerramentos das atividades educacionais no Terreiro é uma das datas mais importantes entre as festividades no próprio terreiro. Outro falou que é um evento muito importante para cultura. Terminar o ano letivo no terreiro sagrado é uma forma de agradecimento pelo ano que passou, pois é pelas conquistas que as forças são renovadas e a ajuda que vem da natureza para continuarmos a vida. “Acredito que esse espaço deve ser utilizado pela escola, por promover uma interação com o meio ambiente e nossa cultura” (Ana Carolina da Guia Nascimento. Informação Oral, A. Brejinho, mar., 2022).

As falas que retratam as percepções dos moradores do entorno do Terreiro Sagrado mostram através da memória local da história oral, os impactos ambientais causados pela monocultura da cana-de-açúcar. Lembrando-se dessas mudanças, os moradores também vivenciaram (e vivenciam) a atuação da escola indígena no processo de continuidade da cultura do povo Potiguara.

Figura 13 - Caminho da mata para o Terreiro Sagrado



Fonte: Arquivo pessoal (Lima, 2018)

Figura 14 - Vista parcial do Terreiro Sagrado



Fonte: Arquivo pessoal (Lima, 2018)

Como disposto ao longo do trabalho, esses lugares sagrados, são uma ferramenta importante de ensino e aprendizagem em que levamos os alunos a entrarem em contato com a natureza e com a mãe terra, através das aulas campo (figura 15). É nessa ocasião em que os estudantes bebem dessa fonte espiritual através dos rituais e com isso valorizam o sagrado. Nesse lugar há uma profunda manifestação cultural e espiritual.

Outro elemento importante na cultura dos Potiguara, que é usado na educação indígena é o Toré, elemento étnico que também faz parte da cultura de outras etnias do Nordeste (ver figura 16). É um ritual simbólico, com significado diverso. Pode ser uma manifestação política, definido pelos indígenas como tradição, união e crença. O Toré, na visão dos Potiguara, segundo a cartilha, Os Potiguara pelos Potiguara¹⁵ (2005), é um ritual indígena que é dançado em forma de círculo, com o acompanhamento musical de gaitas, tambores e maracás.

¹⁵ Cartilha elaborada por professores e alunos Potiguara de Baía da Traição.

Figura 15 - - Apresentação cultural da disciplina de Arte cultura



Fonte: Arquivo pessoal (Lima, 2018)

Portanto, é um elemento cultural que está presente em todos os movimentos que a população indígena desenvolve, nos lugares que consideram sagrados, juntamente com a espiritualidade que faz parte da ancestralidade e da visão de mundo do nosso povo. Para Batista (2019, p. 52)

O ritual do Toré é uma expressão coletiva de múltiplos significados, isto porque está presente em vários momentos do cotidiano das aldeias, em solenidade, nos eventos das escolas, das lutas, festas. No ritual do Toré os indígenas estão pintados e trajados, são elementos que fazem parte da dimensão sagrada Potiguar.

O Toré significa a própria cultura, durante o ritual são entoadas músicas que retratam os momentos de lutas e vitórias, relatando também as crenças, a beleza dos

territórios e dos animais nativos, sendo essas canções escolhidas de acordo com a cerimônia. Resende (2018) produziu a monografia sobre a dança no ritual do Toré. Esse trabalho foi apresentado no Departamento de Música da UFPB, em que é analisado o Toré como uma dança, um elemento de potência para afirmação e reavivamento cultural da maioria das comunidades indígenas que emergem na região Nordeste, buscando entender de que forma esses corpos que dançam o Toré vêm reconstruindo essa identidade, como ocorre essa reelaboração, e quais ressignificações ocorrem nesse ritual. Assim:

Na década de 1980, vários fatores contribuíram para o crescimento e a propagação do Toré na etnia Potiguara, tais como: a luta e o processo de retomada e demarcação da Terra Indígena Potiguar a presença do Cimi¹⁶ entre os índios, articulando o contato de várias lideranças Potiguara com outros povos, tanto em reuniões locais, como em encontros regionais e até nacionais, e o envolvimento dos Potiguara na organização do movimento indígena (Barcellos, 2014, p. 285).

Com efeito, o movimento indígena no Nordeste incorporou o Toré como forma de expressão política: desde a mobilização interna dos indígenas até as performances nas situações políticas mais variadas com propósitos de demonstração de poder, união e determinação guerreira. Para Farias (2021, p. 162), as “[...] apresentações do Toré tornaram-se oficiais nos momentos de legitimar seus direitos na reivindicação por terras, por políticas públicas e no fortalecimento da etnia.” Nesse sentido, é praxe, nas assembleias indígenas e outros eventos culturais, iniciarem e encerrarem com a prática do ritual do Toré pluriétnico, que marcam a indianidade nordestina. O Toré já é parte da ação indigenista no Nordeste, na medida em que é constantemente praticado em suas manifestações (Grünwald, 2005, p. 29), portanto é sensível acrescentar que se trata de um símbolo cultural, uma marca, uma diferença entre indígenas e não indígenas.

De fato, o ritual tem esse caráter de ser fronteira, de apresentar uma linha demarcatória como que os especifica no amplo espaço, além de ser um alimento espiritual do povo Grünwald (2005). É possível perceber esses sinais quando a roda do Toré é formada, momento em que todos se ajoelham e em silêncio fazem suas orações, entregando-se à proteção de Deus e dos antepassados. Essas orações são geralmente feitas em silêncio, podendo ser um Pai Nosso ou simplesmente uma

¹⁶ Conselho Indigenista Missionário.

concentração do pensamento em algo ou em alguém. Tais orações duram em torno de um minuto e terminam quando o cacique ou outra liderança presente sacode o seu maracá e os zabumbeiros rufam nos bombos (Palitot; Souza, 2005).

Figura 16 - Momento de espiritualidade no Terreiro sagrado da Aldeia Brejinho (ritual do Toré)



Fonte: Arquivo pessoal (Lima, 2018)

O ritual do Toré é organizado em três círculos, o primeiro que fica no centro reúne as lideranças e os músicos, o segundo reúne, idosos e jovens, e o último é formado por crianças. Essa organização é o mais comum, pode variar. Existe também um sentido nas músicas, as que abrem e as que fecham o Toré, o que traduz uma diversidade de práticas rituais específicas, ou seja:

[...] podemos encontrar o Toré sendo praticado com variações dentro do território Potiguara. Temos os conduzidos por indígenas cristãos mais fervorosos, os conduzidos por indígenas cristãos que vivenciam o hibridismo religioso sem tantas imposições, e os conduzidos por indígenas participantes de religiosidades afro-brasileiras (Costa, 2022, p. 140).

Outro elemento identitário usado na educação escolar para o fortalecimento da cultura é o grafismo corporal (Falcão, 2022). É caracterizado por ser uma pintura que utiliza matéria prima colhida na natureza como o jenipapo e o urucum, para preparação da tinta e que duram em torno de quinze dias, na pele (ver Figura 14). Ele é usado

para fins comemorativos, sociais, políticos e religiosos. Logo, entende-se que é através da escola e da prática religiosa, que esse saber é transmitido na busca pela conexão com uma ancestralidade (Saraiva, 2019).

Figura 17 - Pintura corporal durante atividade cultural



Fonte: Arquivo pessoal (Lima, 2018)

A espiritualidade Potiguara é bastante forte e se remete à ancestralidade e identidade étnica desse povo (Mendonça, 2022). Esses dados são provenientes da minha própria história e da minha aldeia, eles são legítimos mediante nossos conhecimentos e práticas experienciais tanto as antigas quanto as atuais. Nesse sentido, estou dando visibilidade a uma forma bastante peculiar de ver, perceber e conceber o mundo e as coisas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados apresentados nessa dissertação, espero ter contribuído para mostrar um cenário mais amplo sobre os processos que contribuíram para a análise das relações da espiritualidade do Terreiro Sagrado com as práticas educacionais ligada aos indígenas Potiguara da Aldeia Brejinho, compreendendo ser de grande importância para conhecer o universo constituído por esse povo e, nesse sentido perceber que as práticas pedagógicas iniciadas e desenvolvidas no Terreiro sagrado e na ECII Antônio Sinésio da Silva, podem ser vistas como uma pedagogia diferenciada na medida em que transmitem e ensinam formas de comportamento, veiculam conhecimento, preservam e comunicam tradições culturais. Além do mais, repassam valores e crenças a todas as gerações, tendo em vista que há envolvimento de todos da aldeia.

Também é importante assinalar o quão fundamental é o papel da escola indígena no que tange ao desenvolvimento de práticas culturais e religiosas que contemplam a diversidade e realidade dos estudantes, valoriza os princípios indígenas, a ancestralidade, o conhecimento tradicional, a natureza e tudo o que compõe está cosmologia. De fato, a Escola Cidadã Integral Indígena Antônio Sinésio da Silva possui uma rica história e contribuição no sentido de fortalecimento das práticas culturais e espirituais, notadamente dos saberes ancestrais e tradicionais indígenas.

Os profissionais da Educação, as lideranças e moradores como um todo da Aldeia Brejinho vem travando diversas ações em prol do fortalecimento cultural e espiritual Potiguara. A criação do Terreiro sagrado *Ibycarayba* foi sem dúvidas uma grande ação coletiva que mantém viva essas tradições e fortalece a identidade étnica que está fortemente enraizada na nessa cosmologia, portanto é salutar referenciar esse espaço sagrado como de saberes, de conhecimento, de luta e sobretudo, lugar de conexão com a espiritualidade, respeito pelos encantados, pela sabedoria dos mais velhos e pela transmissão da tradição oral, mas também como testemunho visual da representação indígena Potiguara.

Os dados desse estudo apontam o Terreiro Sagrado enquanto território Educativo e Cultural onde são evocadas as forças da ancestralidade indígena por meio do ritual sagrado do Toré – fonte de celebração das conquistas e direitos do povo

Potiguara. É inegável que o *Ibycarayba* tem sido utilizado de forma sistemática para o desenvolvimento de práticas pedagógicas contribuindo para a melhoria da educação escolar. Desta maneira, vem permitindo os aprendizados do cultivar da terra, bem como da fauna e da flora, tendo em vista que são elementos trabalhados em sala de aula e na construção do próprio Terreiro.

Por esse entendimento é possível afirmar que foi de vital importância, a participação da comunidade escolar, na criação do Terreiro Sagrado. Esse espaço fluiu de forma positiva na comunidade, tanto por proporcionar integração e participação de forma maciça e efetiva da aldeia dentro dos rituais indígenas dentro do povo Potiguara, quanto para o fortalecimento da identidade étnica na comunidade escolar. Conhecer e atuar mais de perto na complexidade de espaços invisibilizados, deve ser papel efetivo no campo da educação.

De fato, a análise sobre o exercício de mobilização da criação do Terreiro Sagrado da Aldeia Brejinho, pelos Potiguara deixa claro que a observação de campos isolados de expressão social e educativa, como o religioso e o político, pode direcionar a um olhar compartimentado, separado muito mais pelo fazer acadêmico que por uma realidade desse ou de outros povos indígenas.

Por fim, com base nos objetivos traçados para a elaboração dessa pesquisa, espero que esse trabalho contribua de forma efetiva para a revitalização da cultura e da espiritualidade do Povo Potiguara da Paraíba, especialmente dos indígenas da Aldeia Brejinho, como também, sirva de aporte para futuras pesquisas na área das Ciências das Religiões e em outras áreas de conhecimentos que se interessem pela temática.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Paulo Marcos. **“Índios camponeses: os Potiguara de Baía da Traição”**. Rio de Janeiro. Mestrado em Antropologia Social - MN-UFRJ. 1970.

BANIWA, Gersem. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: LACED/Museu Nacional, 2006.

BARCELLOS, Lusival; LIMA, Genilson S.; SANTANA NETO, Daniel; SILVA, Isaías M. A importância do Ritual do Toré e da espiritualidade nas escolas Potiguara-PB. *In*: Congresso Nacional do Ensino Religioso (CONERE), 11; Congresso LatinoAmericano de Educação e Ciências da Religião, 3., 2022, On Line. **Anais [...]** v. 11. Florianópolis: FONAPER, 2022. 887 p.

BARCELLOS, Lusival; FIQUEIREDO, Márcia Medeiros. Educação do campo, mística, imaginário no Ritual do Toré. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PRÁTICAS EDUCATIVAS: PAULO FREIRE, EDUCAÇÃO, RESISTÊNCIA, OUSADIA E LIBERDADE, 6., 2018, Mamanguape-PB. **Anais [...]** João Pessoa: Editora da UFPB, 2018. p. 125-130.

BARCELLOS, Lusival Antônio. **Práticas Educativo-Religiosas dos Índios Potiguara da Paraíba**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. 384. p. il.

BARCELLOS, L.; FARIAS, E.; FONSECA, I.; FLORES, E.; RODRIGUES, J. M. **Diversidade Paraíba**: Indígenas, Religiões Afro-brasileiras, Quilombolas, Ciganos. João Pessoa: Grafset, 2014.

BARCELLOS, Lusival Antônio; SOLER, Juan. **Paraíba Potiguara**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2012.

BRASIL. Ministério Da Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília; MEC/SEF, 1994.

BRASIL. **Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional**, n. 9.394 de 20 dez. 1996. Brasília, MEC, 1996.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas**. Brasília: MEC, 1998.

BRASIL. Fundação Nacional do Índio. **Os Potiguaras pelos Potiguaras**. Professores e Alunos Potiguara. - AER de João Pessoa; Brasília: CGDOC/FUNAI, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação e de Desporto. **Educação Escolar Indígena: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola**. Cadernos SECAD 3 - Secretaria da educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: 2007.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas (RCNEI)** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de educação fundamental. Brasília: 2008 MEC/SEF.

BARTH, Fredrik. “Os grupos étnicos e suas fronteiras”. In: LASK, Tomke (org.). **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria. 2000a.

BATISTA, Almir da Silva. **Religiosidade Potiguara: tradição e ressignificação de rituais na aldeia São Francisco, Baía da Traição-PB**. Rio Tinto: Editora Epopeia, 2019.

BOFF, Leonardo. **Espiritualidade: um caminho de transformação**. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

COQUEIJO, F. L. M. **Cota não é esmola**. Análise da eficácia social da Lei nº 12.711/2012 para estudantes indígenas na Universidade Federal da Paraíba. 2020. [Dissertação] Mestrado em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior] - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

CARDOSO, Thiago Mota.; GUIMARÃES, Gabriella Casimiro. (org.). **Etnomapeamento dos Potiguara da Paraíba**. Brasília: FUNAI / CGMT / CGETNO / CGGAM, 2012.

COSTA, Surama Santos Ismael da. **Ritual da lua cheia: espiritualidade e tradição entre os Potiguara da Paraíba**. Tese (Doutorado em Ciências das Religiões) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

ELIADE, M. **O xamanismo e as técnicas arcaicas do êxtase**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FALCÃO, Emmanuel de Sousa Fernandes; COSTA, Surama Santos Ismael da; BARCELLOS, Lusival Antônio. A lua cheia potiguara: Resgate da ancestralidade tradicional indígena em um ritual juremeiro. **REVER: Revista de Estudos da Religião**, v. 22, n. 1, p. 165-178, 2022.

FALCÃO, Emmanuel de Sousa Fernandes. **Grafismo e Discurso Identitário Indígena Potiguara da Paraíba no Século XXI**. Tese [Doutorado em Ciências das Religiões], PPGCR/CE/UFPB, João Pessoa, 2022.

FÉLIX, Iranilza Cinesio Gomes. **A alteridade e a espiritualidade dos universitários Potiguara da Paraíba**. 2018. 116 f. II. Dissertação [Mestrado em Ciências das Religiões], PPGCR/CE/UFPB, João Pessoa, 2018.

GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun., 1995.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azevedo. **Toré: regime encantado do índio do Nordeste**. Recife: Massangana, 2005.

MALINOWSKI, Bronislaw. **“Os Argonautas do Pacífico Ocidental”**. São Paulo. Serie os Pensadores. Abril Cultural, 1984

MARQUES, Amanda Christinne Nascimento. **“Território de Memória e Territorialidades da Vitória dos Potiguara da aldeia Três Rios”**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

MARQUES, Cássio Ferreira. (org.). **Lendas e Causos do Povo Potiguara**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2009.

MARQUES, Cássio Ferreira; SIMAS, Hellen Cristina Picanto; PALHANO SILVA, Paulo Roberto. **Histórias ancestrais do povo Potiguara**. João Pessoa: Clube de Autores, 2019.

MENDONÇA, J. B. S. S.; NASCIMENTO, J. M.; BARCELLOS, L. A. Etnoeducação Potiguara: memória dos troncos velhos, cosmologia e saberes existenciais. **RELIGARE**, v. 17, p. 105-140-140, 2020.

MENDONÇA, J. B. S. **Mitos, Ritos, Memórias e Imaginário dos Indígenas Potiguara da Paraíba**. Tese (Doutorado em Ciências das Religiões) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB, 2022.

MOONEN, Frans. **Os índios Potiguara da Paraíba**. Recife, 2008.

OLIVEIRA, Roberto C. **“O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever”**. In: Roberto Cardoso de OLIVEIRA, O trabalho do antropólogo. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 2006.

PALHANO SILVA, Paulo Roberto. A economia indígena Potiguara: a arte no artesanato é patrimônio cultural Potiguara sustentando potencialidades culturais, sociais, econômicas, religiosas e simbólicas. João Pessoa: Ideia, 2018.

PALITOT, Estevão Martins. **Os Potiguara da Baía da Traição e Monte-Mór: história, etnicidade e cultura**. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2005.

PALITOT, Estevão Martins; SOUZA, Fernando Barbosa. (2005) “Todos os Pássaros do Céu: O toré Potiguara”. In: GRÜNEWALD, R. A. (org.). **Toré: Regime Encantado do Índio do Nordeste**. Recife: Massangana, 2005.

PALITOT, Estevão Martins. Os Potiguara de Monte-Mór e a cidade de Rio Tinto: a mobilização indígena como reescrita da história. **Revistas de Estudos e Investigações Antropológicas**. Recife, Ano 4, Edição Especial II, 2018.
PALITOT, Estevão Martins. A Territorialidade dos Potiguara de Monte-Mór: Regimes de Memória, Cosmologia e Tradições de Conhecimento. **Revista Mundaú**, n. 8, p. 115-138, 2020.

PANET, Amélia. **“Rio Tinto – História, Arquitetura e Configuração Espacial”**. In: PANET, A. (org.) Rio Tinto: estrutura urbana, trabalho e cotidiano. João Pessoa: UNIPÊ, 2002.

RESENDE, Cristina da Conceição. **Toré do povo indígena Tabajara da Paraíba: Estrutura, dança e ressignificações** João pessoa. 2018. 57. TCC (Curso de Licenciatura em Dança) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

SATO, M. **Educação ambiental**. São Carlos: Rima, 2002.

SANTANA NETO, Daniel. **Cotidiano das crianças Potiguara da aldeia Alto do Tambá**. Rio Tinto-PB: Epopeia, 2022.

SANTOS, Carla Jaciara Jaruzo. **Violência Indígena na Paraíba: conflitos culturais e religiosos no âmbito universitário**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

SANTOS, P. L.; SILVA, E. D. **A Educação Escolar Indígena como Fortalecimento da Identidade Cultural dos Potiguara da Paraíba/Brasil – Considerações Iniciais**. Trab. Ling. Aplic., Campinas, n. 60, p. 105-113, jan/abr. 2021.

SANTOS, Sanderline Ribeiro. **As Entidades Míticas Femininas, seus Encantamentos e Coexistências nos Lugares Sagrados Potiguara da Paraíba**. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

SARAIVA, I. R. M. **Cerâmica e Pintura Corporal Indígena: A Arte como agente de consolidação do patrimônio imaterial dos Tabajara da Paraíba**. [Dissertação] Mestrado em Ciências das Religiões PPGCR/CE/UFPB, João Pessoa, 2019.

SILVA Sidnei Felipe da. **Geografia escolar nas aldeias indígenas Potiguara de Jaraguá e Monte-Mór de rio Tinto-PB**. 2020. 196 f. il. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

SOUSA, R. M. M. O ritual Toré no movimento político de emergência étnica. In: NACIMENTO, J. M. (org.). **Etnoeducação Potiguara: pedagogia da existência e das tradições**. João Pessoa: Ideia, 2017.

VASCONCELOS, Eloísa Rafaela Santos de. **Educação diferenciada indígena Potiguara na aldeia Monte-Mór**. Monografia. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2010.

VIEIRA, José Glebson. Catimbó e Toré: Práticas Rituais e Xamanismo do Povo Potiguara da Paraíba. **Revista de Antropologia Vivência**, n. 54, p. 41-64, 2019.

VILHENA, Maria Ângela. **Ritos: expressões e propriedades**. São Paulo: Paulinas, 2005.